

TAGi20 Lisboa

13-15 fevereiro 2020

Universidade de Lisboa, FLUL
Museu de Carmo



LIVRO DE RESUMOS

ORGANIZA:

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE
LETRAS



Quinta-feira, 13 de Fevereiro

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

1ª Sessão - Políticas da Materialidade

Anfiteatro III (FL-UL) 10:45 – 13:30

Coordenação: Sara Simões, Rui Gomes Coelho e Xurxo Ayán Vila (Sessão-Colóquio)

Políticas da Materialidade – Introdução à sessão

Sara Simões, Rui Gomes Coelho e Xurxo Ayán Vila

Pensar el mundo desde la Arqueología. Una propuesta a partir de las teorías de Immanuel Wallerstein, Toni Negri y Michel Hardt

Francisco Machuca Prieto

Todo arqueólogo o arqueóloga es, en teoría, también historiador o historiadora. Y como tal, igualmente en teoría, tenemos una labor social que cumplir. Esta, en nuestra opinión, no es otra que la de contribuir a la construcción de un mundo con menos desigualdad, más libre y radicalmente más democrático a través del estudio del pasado. Sabemos, sin embargo, que la ciencia arqueológica está atravesada, aunque no siempre quiera verse, por los marcos de valores éticos y morales hegemónicos, hablemos ya de nacionalismo, ya de colonialismo, ya de neoliberalismo o patriarcado.

Por ello, como primer paso para la asunción de un papel más participativo en los conflictos y problemas actuales por parte de los arqueólogos y las arqueológicas con interés en ello, es necesario la construcción de un relato del pasado diferente. Un pasado que atienda a las bifurcaciones, a los múltiples caminos y a los movimientos de resistencia, pero también a la construcción material y simbólica del poder, a los enmascaramientos discursivos y a las genealogías de la dominación, siempre además, remarcando el carácter puramente histórico de estos procesos, evitando caer en el esencialismo y el cierre identitario.

La Arqueología se hace desde el presente y para el presente: el pasado no sólo es material, sino que tiene repercusiones materiales, como las tiene el propio presente. El análisis del sistema-mundo de Wallerstein, así como las teorías sobre el «imperio» de Hardt y Negri se han centrado justamente en estas últimas. Sus perspectivas, sin embargo, pueden igualmente ser útiles a la hora de considerar y valorar las estrategias de integración social y cultural bajo parámetros globalizadores que se dieron en el mundo antiguo, muy en especial a partir del período helenístico y la época romana, con posibilidad de estimar y ponderar sus consecuencias y posibles «similitudes» con el mundo contemporáneo. Es decir, hacer emanar las contradicciones sociales, económicas, culturales y políticas que, al igual que sucede hoy día, sacudieron a las sociedades antiguas. Las soluciones puestas en juego, los procesos vividos, las dificultades encarnadas y las distintas direcciones que se siguieron, mejor conocidas, pueden ser sin duda una excepcional herramienta para volver a recuperar el futuro.

Activismo e Epistemologia | “you can't sing the blues while drinking milk”

Sérgio Gomes

A arqueologia é parte integrante do “projeto sociocultural da Modernidade”, consolidando e desafiando os excessos e os défices do seu desenvolvimento (e.g. Santos 1996, 2000; Thomas 2004). Entre as dinâmicas da ciência, do direito e da política, os arqueólogos foram construindo espaços epistemológicos, nos quais diferentes pilares e orientações teórico-metodológicas organizam a disciplina arqueológica. Em tais dinâmicas, os espaços epistemológicos funcionam como áreas de, aparente, neutralidade que conferem validade, ou não, ao conhecimento arqueológico e ao seu uso por parte de diferentes forças políticas e sociais. A epistemologia funciona, deste modo, como um espaço de desafio à compreensão da in-coerência do conhecimento arqueológico face ao contexto histórico em que é produzido; uma in-coerência a partir da qual os vestígios do passado são transformados em objetos de mediação de políticas dominantes ou políticas de resistência. Nesta comunicação, o meu objetivo é problematizar o modo como a promoção do ativismo enquanto parte integrante da prática arqueológica instiga os seus espaços epistemológicos; ou seja, cuida de discutir o modo como o ativismo interfere na dinâmica de organização e aferição do processo de produção de conhecimento. Na exploração deste tópico, pretendo: por um lado, perspetivar a relação entre o ativismo e a prática arqueológica como uma oportunidade para se compreender o modo como os arqueólogos se relacionam com a sua “vontade de política” e as suas implicações no processo arqueológico; e, por outro lado, discutir os espaços epistemológicos como lugares de mediação e criatividade, nos quais a discussão da in-coerência do conhecimento é uma oportunidade de orientar a arqueologia no sentido da justiça social.

SANTOS, Boaventura Sousa 1994, “O social e o político na transição pós-moderna”. In Boaventura Sousa Santos (autor), Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade, pp. 69-101. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura Sousa 2000, A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência [Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Volume 1]. Porto: Edições Afrontamento.

THOMAS, Julian 2004, Archaeology and Modernity. London/New York: Routledge.

Dear Comrade. With best wishes, Yours from the revolution. V. Gordon Childe: Activismo, Compreensão e Política

Joana Alves-Ferreira

Vere Gordon Childe é, muito justamente, uma das figuras mais emblemáticas do pensamento arqueológico do século XX. Simultaneamente, é, também, uma das suas figuras mais complexas e desafiadoras. Talvez, porque, à semelhança da sua biografia, a sua escrita reflete e actualiza os acidentes do tempo. Tanto os da história como os do pré-historiador. Enquanto académico politicamente comprometido, Childe inscreveu-se no âmago do seu tempo. Interrogando-o a cada instante, procurou responder às exigências da sua contemporaneidade. Em 1982, Mark Leone, em “Childe's Offspring”, escrevia: “Childe did not write a European prehistory; he composed one (...); he wrote history to be used, not to be emulated. He wrote a political document, not an archaeological one” (Leone 1982: 182-83). Nesse cuidado, a sua escrita desenha, a contratempo, um movimento político e ético. Na atenção com o que se escreve e como se escreve, reside um gesto seminal de diagnóstico do presente, onde cada palavra pode afigurar um lugar de interrogação enquanto condição de possibilidade de conhecimento e, enquanto tal, de “crítica intervintiva do presente”. Ou, numa expressão de Peter Gathercole, as a guide to action (Gathercole 2010: 1178). Nesta comunicação, procuraremos investigar a noção de resistência em Gordon Childe como modo ético de existir do pensamento e da ação. Isto é, como modo de implicação activa do arqueólogo no espaço público pela política.

Nessa tensão, entre a resistência do homem com o devir do mundo, reside a possibilidade de compreensão do arqueólogo e do activista que se funda num diálogo contínuo entre realidade política e o cuidado de uma prática como domínio público.

Gathercole, P. (2010). Gordon Childe: memories and affirmation. *Antiquity*, 84 (326): 1177.1179.

Leone, M. (1982). Childe's offspring. In I. Hodder (Ed.), *Symbolic and Structural Archaeology (New Directions in Archaeology)*, pp. 179-184). Cambridge: Cambridge University Press.

Como descolonizar a Arqueologia europeia

Rui Gomes Coelho e Sara Simões

Nas últimas décadas, muitos arqueólogos têm apelado à descolonização da arqueologia enquanto prática científica e social. Este chamamento resulta do reconhecimento de que a produção de conhecimento depende de relações de poder e que, historicamente, a arqueologia emergiu como prática ao serviço do colonialismo e do nacionalismo. A descolonização da arqueologia tem mostrado que existem outras histórias para contar acerca de grupos e acontecimentos que têm sido tradicionalmente relegados para as margens do conhecimento e do poder. Através desta revelação crítica, a arqueologia tem sido transformada numa ferramenta da justiça social. Porém, a discussão sobre a descolonização da arqueologia na Europa tem sido igualmente marginalizada. Nesta comunicação demonstraremos a necessidade de descolonizar a arqueologia europeia a partir de três contextos portugueses: a crítica das relações de poder no exercício profissional da arqueologia, o estudo da escravidão e a emergência da arqueologia contemporânea no contexto da atual crise humanitária europeia.

Sociabilidades coloniais à beira do apagamento epistemológico: as mulheres Tupiniquim e suas relações na Capitania de São Vicente, Brasil (1502-1700)

Marianne Sallum e Francisco Silva Noelli

A arqueologia do colonialismo compreendeu a organização social e política de São Paulo pela narrativa do “aportuguesamento” automático. Não houve abordagem suficientemente crítica e interdisciplinar sobre a complexidade das relações coloniais. Não há métodos para superar os vazios epistemológicos sobre as sociabilidades insuficientemente documentadas, considerando parcialmente: 1) versão europeizada do casamento entre europeus e indígenas; 2) mulheres intermediárias culturais, submissas aos homens; 3) indistinção entre o papel social das Tupiniquim e das não-Tupiniquim escravizadas. A perspectiva interdisciplinar descoloniza a situação das mulheres, para comprehendê-las no: 1) contexto Tupiniquim de alianças e alteridades; 2) comportamento dos portugueses, cuja maioria integrou-se ao sistema indígena, abandonando a desigualdade social de Portugal; 3) do processo histórico que gravitou de uma aliança até 1700, para a política colonial do século XVIII de submissão e dissolução das identidades indígenas quando os Tupiniquim deixaram de prevalecer numericamente. A investigação precisa considerar que a sociedade colonial tinha maioria demográfica indígena e minoria europeia (médias < 1000 europeus\ano até 1600; médias < 2000 europeus\ano até 1700). Para sobreviver os portugueses mudaram práticas na relação com as mulheres, pois na cosmologia Tupiniquim o “marido” era um guerreiro devidamente qualificado e prestigioso para ser interessante para uma mulher escolhê-lo. A Tupiniquim era autônoma para decidir suas relações sexuais/parceiros, dispensando-os quando achasse oportuno. No campo da materialidade a Tupiniquim dominava a gestão da segurança alimentar, manejando a agricultura, produzindo materialidade para processar e servir a comida. A cerâmica paulista exemplifica a persistência de práticas pela transmissão de conhecimentos de geração em geração em comunidade de práticas, desafiando as histórias convencionais

de apagamento das mulheres. A longa duração da produção desta cerâmica até o presente precisa mais investigação, agora no campo da etnoarqueología com as mulheres do presente, que seguem condutoras das suas vidas tal como as suas longínquas antepassadas ceramistas.

Arqueología a Contracorriente: La Arqueología de las distintas realidades sociales

Alma Lerma Guijarro e Ana Pastor Roldán

Arqueología a Contracorriente es un colectivo interdisciplinar del que forman parte arqueólogas, historiadoras, artistas, educadoras, y diversas individualidades que toman el uso de la arqueología como herramienta de transformación social, cuyos ejes de acción son el feminismo en el mundo de la arqueología, la sindicalización del gremio, y la educación y socialización de la arqueología.

Basándose en los principios anarquistas de acción directa, apoyo mutuo y autogestión Arqueología a Contracorriente ha desarrollado diversas actividades donde el proceso de labor arqueológica ha sido fundamental y ha dado apoyo a diferentes realidades sociales, que a su vez apoyan y ayudan a la divulgación arqueológica.

Entre otras intervenciones destacamos:

1. La realización de la prospección arqueológica del último emplazamiento del grupo guerrillero libertario de los júiles, así como el registro documental de la memoria oral del pueblo de origen de la parada guerrillera.
2. Exposición Raíces realizada en el CSA Tabacalera (Madrid) donde arte y arqueología se juntaron para visibilizar la realidad social de los pueblos de Toledo.
3. Denuncia de agresiones al patrimonio arqueológico en el Estado español y apoyo jurídico mediante la arqueología a las distintas realidades que protegen y cuidan de este patrimonio, como el CSOA Kike Mur (Zaragoza).
4. Prestación de apoyo público y asesoramiento al proyecto de okupación rural Fraguas Revive.
5. Intervenciones arqueológicas en el pueblo okupado de Solanilla (Huesca) con el fin de una vez realizadas, los espacios intervenidos puedan ser restaurados y dados de nuevo un uso práctico para la realidad social de las gentes que habitan el pueblo.

Como un lienzo blanco: Arqueología de la des-radicalización política en ciudades del País Vasco

Josu Santamarina Otaola

“La propaganda mal utilizada no es efectiva y ensucia tu ciudad”.

Esta frase empleada por el Partido Socialista Obrero Español (PSOE) en tiempos de la denominada Transición democrática (1975-1982) señala un aspecto que resulta pertinente en la ciudad contemporánea: la acción política - como la propaganda-, si bien puede ser la más poderosa manifestación de las libertades democráticas, en caso de ser “mal utilizada”, puede convertirse rápidamente en mera suciedad. Es llamativo que aquello que supone la más noble muestra de civismo enseñada puede convertirse en un elemento que atenta contra la higiene pública.

Las ciudades están llenas de expresiones de propaganda política: algunas oficiales, otras no-oficiales y otras directamente clandestinas. En el palimpsesto urbano nos encontramos con que, además, no todo permanece de igual forma.

En el caso del País Vasco, los centros históricos de las ciudades han sido el espacio predilecto de confrontación política durante décadas: espacios de manifestación, de protesta y hasta de agresión directa. Sin embargo, diversas políticas de corte "antiterrorista" han buscado la "des-radicalización" del espacio urbano mediante la eliminación de murales, graffiti, centros okupas, etc. Actualmente, junto a la práctica policial directa, se desarrolla una importante construcción de espacios amables para atraer el turismo que igualmente revela prácticas de eliminación política. La expansión de los alojamientos y locales turísticos parecen formar parte de la misma des-radicalización de la ciudad. Hay que señalar también que la oferta arqueológica y patrimonial en torno a los monumentos suele ser un input comercial importante.

De esta forma, se pueden plantear las siguientes preguntas. ¿Se pueden comprender arqueológicamente las dinámicas actuales de gentrificación, turistificación y despolitización de las ciudades? ¿La Arqueología las promueve o las combate? ¿Cuáles son, en definitiva, las políticas actuales de la materialidad en el espacio urbano? ¿Y qué papel juega o puede jugar en ellas la teoría/práctica arqueológica?

Prácticas performativas, relatos contrahegemónicos y materialidades de la represión fascista en Galicia: herramientas para una arqueología comprometida

Xurxo M. Ayán Vila

Hemos desarrollado en los últimos tres años una línea de investigación interdisciplinar que estudia el paisaje de la represión fascista y la resistencia antifranquista en una zona rural de Galicia. Hemos llevado a cabo exhumaciones de represaliados en atrios de cementerios, hemos excavado casas campesinas que acogieron a guerrilleros y hemos reconstruido la fuga de algunos supervivientes que consiguieron exiliarse en el verano de 1936. Todo este trabajo nos ha permitido analizar las materialidades y memorias generadas por la violencia sistemática desatada por los sublevados en una zona rural ubicada en la retaguardia. Nuestro enfoque basado en la Arqueología en Comunidad ha conseguido hacer pública la historia dramática vinculada a estos espacios y convertirlos en auténticos lugares de memoria.

En la última década, la arqueología del conflicto en contextos rurales debe lidiar con el trauma heredado, la incomprendición de parte de la población, el desinterés de la administración y la censura. A diferencia de otros contextos autonómicos, como Catalunya o Euskadi, en donde existen políticas públicas de memoria, en Galicia solo es posible llevar a cabo esta arqueología desde el voluntarismo y el activismo. Visibilizar el paisaje de la represión y la resistencia, ese es el objetivo de nuestro proyecto. En el contexto actual, el mero hecho de que científicos académicos centren su atención en una casa campesina abandonada, en una bodega en ruinas o en el atrio de un cementerio, es una acción reivindicativa que pone en evidencia la desmemoria oficial. En este sentido, nuestra estrategia de arqueología pública pretende maximizar este factor, convirtiendo las excavaciones y exhumaciones en auténticas intervenciones artísticas, en performances mediáticas que visibilicen lo que no se quiere dar a conocer. Hoy en día, esos sitios son lugares de memoria reconocidos por la comunidad local, y a ello hemos contribuido desde la arqueología. Esta arqueología militante ha redimensionado la naturaleza de estos espacios represivos.

Materialidades para la repoblación. Una arqueología política del rural contemporáneo en Hontanillas (Guadalajara, España)

Rafael Millán Pascual

La despoblación del rural en la España contemporánea puede caracterizarse como un evento de una huella arqueológica ingente. Numerosos pueblos en ruinas, además de

vestigios de campos y casas abandonadas, se extienden en buena parte de la España rural como resultado de diversos procesos históricos y sociales que alentaron a los sucesivos movimientos migratorios: la transformación socio-económica del Estado, la reordenación del territorio ligado a grandes obras públicas y privadas, los efectos directos y latentes de la Guerra Civil y la Dictadura, las características del poblamiento medieval del rural, la desaparición de las economías de subsistencia ligadas a la tierra, etc. Cada una de estas causas forma un haz complejo de razones y estratigrafías históricas no menos complicadas. En este sentido, el análisis histórico de la despoblación obliga a reducir la escala de análisis e ir caso por caso, pero también a considerar grandes escalas con patrones materiales parecidos, como es el caso del proceso de estatalización, la introducción del capitalismo productivo y de consumo o la formalización del territorio. La arqueología del pasado contemporáneo es una aproximación capaz de ofrecer una sistematización de dichos procesos gracias al estudio y al análisis de la materialidad. Más concretamente, la arqueología de estos lugares puede generar análisis situados sobre los problemas contemporáneos para habitar el rural, pero también sobre las alternativas y enseñanzas que al respecto muestran las ruinas y las materialidades de los pueblos abandonados. Ante las demandas actuales que reclaman una vuelta a la relación integrada con la tierra —como se desprende de los debates sobre el Antropoceno, el nuevo régimen climático o la pérdida generalizada de vivienda—, la arqueología del rural contemporáneo puede ofrecer diagnósticos sobre las acciones políticas y los sobrevenidos históricos que terminaron por quebrarla.

Dentro de esta perspectiva, en 2015 y 2019 realizamos una serie de intervenciones arqueológicas en el pueblo abandonado de Hontanillas (Guadalajara, España) estrechamente ligadas a un proyecto de repoblación todavía en marcha. La arqueología que practicamos participaba activamente en los objetivos de dicho proyecto, con la convicción de que la arqueología podía servir aquí como técnica de arraigo dispuesta al intento de volver al rural. Asegurar la aplicación del método arqueológico en la liberación de derrumbes y escombros no sólo ayudaba a la preparación de la reocupación de las casas abandonadas, también aportaba el relato arqueológico del pueblo, de su abandono y de sus distintos intentos de repoblación. De esta forma, la densidad histórica aportada por nuestras intervenciones recuperó una historia apenas existente en los documentos e incorporó al proyecto un saber material sobre las formas anteriores de habitarlo.

En la década de los 60 se inician los trabajos de forestación promovidos por el franquismo en Hontanillas, en 1971 se expropia finalmente el pueblo y no es hasta la década de 1980 cuando se da un primer intento de recuperación del pueblo por parte de una asociación para la rehabilitación de heroinómanos. El análisis estratigráfico y espacial ayuda a definir la persistencia material de aquellas acciones del pasado, pero también a mostrar las fracturas acumuladas por la historia que hoy debieran superarse. La arqueología del pasado contemporáneo pasa entonces a ser una arqueología política del presente.

2ª Sessão - Da morte à científicidade do corpo dejeto

Anfiteatro III (FL-UL) 15:00 – 16:45

Coordenação: Lucy Evangelista – Cidália Duarte (Sessão Pré-Circulada)

A morte gera comportamentos humanos específicos. É a própria ritualidade da morte que nos é exclusiva e nos define. O gesto é matéria de estudo do Arqueólogo. E na guerra, na paz, na miséria, na calamidade pública, no genocídio, os comportamentos para com o cadáver são distintos, variando ao longo do tempo, mas são sempre intencionais.

Que comportamentos geram que contextos? Que vestígios podemos esperar de ritualidades distintas? A abordagem teórica a este tema tem sido enfraquecida, ao longo das últimas décadas, diluindo-se na violência da aceleração, da desmaterialização e da incorporalidade digital.

Confrontado com este recente furor, cada vez mais presente, o “antropólogo” debate-se, questiona, busca amarras para a sustentação da sua dúvida: é o corpo humano vida, vestígio biológico, memória do “outro”, espelho do “eu”, entidade inviolável? Como defende o Direito a personalidade jurídica do cadáver? Será o corpo mero objeto de estudo, amostra de património biológico, resposta a dúvidas sobre a história (o mistério) da vida, científicidade exacerbada?

Se a Arqueologia da Morte recupera indícios de “gestos e comportamentos humanos”, como construímos na atualidade a moldura da morte, do ritual, do significado, e como gerimos o corpo/cadáver/resíduo? O que nos representa após a morte é aquilo que de nós sobrevive, corpóreo. Ou não...

Nesta sessão, com o formato “pré-circulado” abordamos a disciplina de Antropologia Biológica aplicada à Arqueologia a partir de visões externas à própria disciplina. Escolhemos áreas do saber e da criatividade que, cruzando-se com as vicissitudes dos vestígios humanos postmortem, se afastam das nossas metodologias, das nossas práticas e das nossas visões teóricas habituais, oferecendo-nos uma visão mais abrangente e com o devido distanciamento. Desafiámos teólogos, juristas, artistas plásticos, arquitetos de espaços fúnebres, especialistas em Ética das Ciências da Vida, Antropólogos Forenses. Destas visões distintas surgem respostas e visões que nos permitem enquadrar por que exercemos a nossa disciplina – Arqueologia da Morte – da forma como o fazemos.

- Teologia – João Duque
- Artes Plásticas – Manuel Botelho
- Antropologia Forense – Eugénia Cunha
- Arquitetura Funerária – Luísa Valente
- Bioética – António Maia Gonçalves
- Direito – Nuno Samelo

3ª Sessão - Materiais arqueológicos – construção, ontologia e “descarte”

Anfiteatro III (FL-UL) 16:45 – 19:00

Coordenação: João Carlos Senna-Martinez e Mariana Diniz

Apresentação da Sessão: João Carlos Senna-Martinez e Mariana Diniz

O princípio e o fim do espólio arqueológico

Gertrudes Branco

No ano transato os trabalhos arqueológicos, efetuados no âmbito da designada arqueologia de salvaguarda representaram 94% das autorizações concedidas em território nacional. Estas intervenções são responsáveis pela recolha de quantidades imensuráveis de espólio arqueológico, cuja definição excede o artefacto e abarca os ecofatos, amostras, respetivo inventário e demais documentação produzida no decurso dos trabalhos de campo e de gabinete, indispensável ao manuseamento e compreensão da coleção e do seu contexto arqueológico. Num momento em que se equaciona a normalização do “descarte” do

espólio arqueológico, em que cerca de 50% dos trabalhos arqueológicos permanecem sem resultados reportados (dados relativos a 2016) e a maioria se limita a cumprir os mínimos exigidos pela legislação em vigor, questionamos a construção e fundamentação do conhecimento histórico que se pretende legar para memória futura.

Pensar a morte do artefacto arqueológico: a ontologia na questão do descarte

Daniel Carvalho

Um dos principais problemas que a Arqueologia atravessa na Contemporaneidade apresenta-se sob qual o destino a dar ao crescente volume de materiais procedentes de escavações arqueológicas. O descarte surge como uma solução a curto prazo, para um alívio imediato da sobrelocação dos espaços de armazenamento. Uma escolha da preservação do Passado que merece sobreviver, em detrimento de outros vestígios que, por várias razões, são vetados a um duplo esquecimento, desta vez pela mão dos arqueólogos. No entanto, argumentamos que, no cerne do problema, o que gera este processo – a morte do artefacto arqueológico – para além de todas as preocupações económicas, políticas e ambientais, não é a ação do descarte em si, mas antes a inexistência de um debate teórico acerca da ontologia dos vestígios do Passado. O que torna um vestígio material num artefacto arqueológico? Quais os critérios para se classificar um artefacto arqueológico cuja importância o salve deste novo esquecimento? Que implicações na ausência de questionar a natureza destes artefactos podem resultar no estudo de períodos cronológicos recentes, como na Arqueologia Moderna e Contemporânea? Todas estas questões enunciam que o descarte é assim um pensamento rápido para uma problemática muito maior, que aumenta exponencialmente e cuja base é de natureza teórica. Discutir a ontologia do artefacto arqueológico assume-se assim como a via para a conceptualização do que merece ou não sobreviver no Presente, pensando no que verdadeiramente implica esta morte anunciada dos vestígios materiais do Passado, pelo que será esse o principal objetivo desta comunicação.

Espólio Arqueológico: guardar, preservar ou descartar?

António Marques

Nos últimos 20 anos a cidade de Lisboa tem conhecido uma dinâmica urbanística ímpar na sua História, que certamente apenas compara com o período pós-Terramoto de 1755. Felizmente este dinamismo ocorre com um enquadramento jurídico diferente, que protege e salvaguarda as naturais ocorrências arqueológicas de uma cidade trimilenária, com antecedentes dispersos.

Consequentemente, de forma súbita, a actividade arqueológica tornou-se um agente incontornável deste permanente devir urbanístico e viu-se na contingência de assumir as suas responsabilidades. Desde logo processar a informação exumada e assegurar a preservação e a passagem da Memória para as próximas gerações. Estes são por ventura os grandes desafios da Arqueologia actual, que a impelem para um quadro de organização e gestão que até à data têm sido desvalorizados, em prol da sua vertente científica.

Assim, a gestão de espólios, considerando a sua natureza e relevância, oferece-se como um dos desideratos para o natural compromisso geracional. São vários os caminhos possíveis, contudo, qualquer que seja a opção, os condicionalismos externos (económicos, culturais, políticos, etc.) constituem desafios acrescidos à definição de práticas e soluções, se é que existem!?

O descarte de materiais arqueológicos: Ser ou não ser, eis a questão. 14 anos de experiência a recolher espólio arqueológico em intervenções de minimização e salvaguarda

Paulo Rebelo, Nuno Neto e Raquel Santos

Entre 2005 e 2019 as equipas da Neoépica, Lda. realizaram centenas de intervenções arqueológicas de minimização e salvaguarda em todo o território nacional - trabalhos de dimensões, lógicas e sentidos diversos que levaram à recolha de um vasto conjunto de espólio arqueológico. A recolha, tratamento, acondicionamento e entrega na rede de reservas oficiais deste vasto conjunto de espólio arqueológico, permitiu-nos adquirir uma larga experiência no âmbito das dinâmicas e problemáticas da gestão de conjuntos de materiais arqueológicos recolhidos em intervenções arqueológicas de minimização e salvaguarda. Iremos apresentar a experiência de quem diariamente enfrenta de forma directa estas problemáticas, procurando, com a nossa experiência, contribuir para o debate ao redor do descarte de espólio arqueológico, no sentido de se alcançarem políticas para problemáticas diversas, às quais é necessário dar resposta.

Descarte, balda e renúncia. Termos lúdicos aplicados à prática arqueológica portuguesa

Sérgio Carneiro

O aumento exponencial das escavações arqueológicas em meio urbano que se verificou nos últimos anos em Portugal despoletou a questão do armazenamento dos artefactos arqueológicos exumados. Surge assim um novo conceito: o do descarte dos materiais, um termo anteriormente associado a fraldas, seringas e outros elementos sujos ou indesejáveis. Propõe-se aqui uma reflexão sobre o tema do descarte de materiais, elencando as questões de ordem científica, patrimonial e jurídica que este suscita. Procurar-se-á enquadrar a questão na temática mais ampla da gestão das cidades enquanto territórios privilegiados do capitalismo de ciclo curto e do papel da arqueologia e da salvaguarda do património como meros paliativos da destruição dos centros históricos.

4ª Sessão - ARQUEOLOGÍA ZOMBIE. Arqueología sometida a los envites del neoliberalismo

Sala B5 (Biblioteca – FL-UL) 10:45 – 12:00

Coordenação: Jesus Martín Alonso

El nacimiento de la arqueología profesional en España a partir de la Ley 16/85 de Patrimonio Histórico Español, hunde sus raíces en la segunda fase del neoliberalismo, aquella que, según algunos autores, fue la primera oportunidad para la implantación de la teoría neoliberal en economías reales, que, entre otras cosas supuso la desregularización de mercados sectoriales mediante la privatización de servicios públicos (o que deberían haberlo sido como en el caso de la gestión del patrimonio arqueológico). Por tanto el mal está dentro, la arqueología profesional nace, como un zombi postapocalíptico hijos del genial George Romero, con el virus del neoliberalismo, cuyas ideas y posturas se han radicalizado tras la crisis de 2008. Se ha promovido pues una población (arqueológica también) resiliente, capaz de adaptarse a todo con una base que asume el individualismo y la competencia más atroz. Resiliencia como capacidad de aceptar las “nuevas” reglas del juego, impregnada de violencia.

Arqueólogos resilientes, que sobreviven al redundante, al que sobra, que son, sin embargo, mercancías, que asumen el trabajar para uno mismo y la competencia como algo natural “es lo que hay”, bajo el discurso empresarial basado en la flexibilidad y la asunción del riesgo como horizonte que deriva, finalmente, en la precarización del sector. El emprendimiento como guía de comportamiento y como primer resultado, la autoexplotación.

En esta mesa redonda se propone una reflexión sobre la arqueología como zombi o superviviente, como resiliente, para, una vez conscientes de esa nuestra realidad o “illusio” despertar para destruir lo que conocemos y no, como está sucediendo actualmente tras la manida recuperación económica que estamos viviendo, volver a lo mismo de antes, lo que algunos autores han llamado “reencantamiento”. Acabar con la alienación entendida como la aceptación acrítica de la realidad en la que estamos sumergidos.

5ª Sessão - La valoración económica de los bienes arqueológicos

Sala B5 (Biblioteca – FL-UL) 12:00 – 13:30

Coordenação: Ana Yáñez, Ignacio Rodríguez Temiño, José Andrés Afonso Marrero

La documentación del Patrimonio como herramienta preventiva y de valoración

Francisco José Rufián Fernández, Isber Sabrine e Juan José Ibáñez

La presente comunicación tiene como objetivo plantear el uso de herramientas tecnológicas de bajo coste y fácil uso, como internet y los teléfonos móviles, entre las organizaciones civiles y los profesionales que trabajan en países que sufren conflictos armados, mediante una nueva metodología de trabajo que ayude a generar y a difundir de forma rápida y eficiente la información sobre bienes arqueológicos en peligro o que han sufrido daños.

Por un lado, mediante el proyecto “La protección del patrimonio en zonas de conflicto a través de herramientas digitales: el papel de la sociedad civil”. Buscamos dotar a las organizaciones civiles que trabajan en países en conflicto, de una app que permita inventariar los bienes en peligro y facilitar pautas de actuación en casos de riesgo.

Actualmente se han ampliado los objetivos con un nuevo proyecto, "Documentación y protección del patrimonio en la provincia de Raqqa (Siria)". Con el que se pretende capacitar en técnicas de documentación rápida, barata y eficaz, basadas en la fotogrametría terrestre con apoyo de Drones/Rpas, a los profesionales y organizaciones civiles. Con el fin de aplicarlo en monumentos, sitios arqueológicos y en los almacenes de las misiones arqueológicas extranjeras de la zona, de modo que se facilite la trasmisión de información sobre posibles riesgos mediante una adecuada documentación de los daños, y las adecuadas medidas correctoras de urgencia.

La información generada ayudará a mitigar en gran medida algunos de los mayores impedimentos para una adecuada protección de estos bienes, como son, el conocimiento inadecuado de los mismos; la incapacidad para evaluar los costos reales de pérdidas y daños; y la complejidad para asignarles un valor económico.

Ante un eventual expolio, que estén catalogados de una manera precisa, posibilita dar la alarma de forma rápida, y proporcionar un medio de prueba sobre su procedencia, además de una herramienta para su valoración. Por otro lado, la información generada, comparada con documentación anterior al conflicto, como fotografías y planos, nos ayudará a poder valorar adecuadamente los daños sufridos, y generar un inventario del patrimonio desaparecido, o que ha podido salir ilícitamente del país. Contando con la información suficiente, para una correcta valoración tanto económica, como social y cultural.

Valorar ¿para qué? La finalidad como criterio determinante para la valoración económica de elementos arqueológicos

Ana Yáñez

Una de las cuestiones a las que se presta escasa atención cuando se valoran económicamente bienes arqueológicos es la finalidad para la que sirven dichas valoraciones. En la presente comunicación se propone estudiar los diferentes ámbitos jurídicos en los que se requieren valoraciones arqueológicas para analizar las finalidades que cumplen y que determinan en gran parte las directrices que han de tenerse en cuenta para asignar valores económicos a determinados bienes y ámbitos arqueológicos. Expropiaciones forzosas, premios por hallazgos casuales, daños por delitos o infracciones administrativas, seguros, transmisiones... todas ellas son situaciones diferentes en las que es necesario asignar una valoración económica que sirve a fines distintos.

Por otra parte, la valoración económica de bienes arqueológicos presenta ciertas dificultades relacionadas con su caracterización como bienes de dominio público que hace que los bienes descubiertos con posterioridad a 1985 estén excluidos del tráfico jurídico privado. Esta circunstancia es compatible con un mercado privado de bienes arqueológicos, en el que las piezas tienen un tratamiento similar a las obras de arte y que es resultado del coleccionismo y de momentos históricos en que sí se admitía la propiedad privada de los bienes arqueológicos.

Con esta comunicación se pretende sistematizar las situaciones en que las valoraciones son necesarias y definir cuál es el vínculo entre fin y metodología de valoración, sin desconocer el peculiar régimen jurídico de estos bienes.

La peritación y valoración de daños en yacimientos arqueológicos expoliados para procedimientos penales: las operaciones Helmet

Francisco Romeo Marugán

Presentamos el procedimiento de peritación y valoración de los daños sufridos por el yacimiento arqueológico correspondiente a la ciudad celtibérica de Aratis, llevado a

cabo por los servicios técnicos de la dirección general de patrimonio cultural del gobierno de Aragón febrero del procedimiento penal consecuencia de los operativos Helmet, relacionados con el expolio y tráfico ilícito de un importante conjunto de cascós hispano calcídicos, y que ha sido considerado como correcto y asumido en sentencia de la audiencia provincial de Zaragoza, recurrido frente al tribunal Supremo en el momento de redacción de esta líneas.

Reflexiones sobre la valoración económica del conjunto monetario de El Zaudín (Tomares, Sevilla)

Ignacio Rodríguez Temiño

El hallazgo en 2016 de 19 ánforas llenas de monedas de época romana (un total de 53208) conllevó la apertura del procedimiento de premio para los halladores previsto en la legislación sobre Patrimonio Histórico de Andalucía. Tras diversas vicisitudes, la Consejería de Cultura nombró a una comisión de valoración, compuesta por 3 individuos pertenecientes a reales academias. Finalmente, la comisión 'ad hoc' ha valorado el hallazgo monetario en 468.230 €. En esta comunicación se hace una crítica de los criterios de valoración usados por la comisión, a la vez que se expone la necesidad de reformar tanto la composición de estas comisiones, actualmente regidas por una obsoleta normativa de hace más de setenta años, como los criterios de valoración de bienes arqueológicos, con objeto de establecer criterios objetivables compartidos ampliamente por profesionales de la arqueología, la museología y demás campos disciplinares afines. Se trata de evitar la arbitrariedad recubierta de una rancia capa de autoridad, para encumbrar la racionalidad en estos procesos que no por infrecuentes resultan menos importantes.

6ª sessão - Pasado, presente y ¿futuro? del machismo en la Arqueología ibérica

Sala B5 (Biblioteca – FL-UL) 15:00 – 16:30

Coordenação: Aitziber González García, Enrique Moral de Eusebio, Antonio Higuero

El objetivo de esta mesa redonda es poner el foco de atención en la aparentemente inseparable relación entre la arqueología y el machismo. Si consideramos que, al igual que en la sociedad, este machismo es de carácter estructural, podemos pararnos a analizar y discutir cómo esto se materializa en la práctica y en la teoría arqueológica.

Uno de los focos de atención recae inevitablemente en el acoso y abuso sexual o por razón de sexo y género. Pretendemos ampliar el espectro, reparando así no sólo en la violencia contra las mujeres*, extendiendo el debate hacia todas las personas y colectivos disidentes de la heteronorma. Buscamos, por lo tanto, crear un espacio en el que tengan cabida testimonios personales, iniciativas y proyectos transfeministas contra el acoso y abuso sexual, experiencias y propuestas para hacer frente a los sectores que se oponen a estas iniciativas y reflexiones sobre la forma en la que estas violencias se han naturalizado e invisibilizado. Pero no sólo se trata de reflexionar sobre lo que fue y lo que sigue siendo la Arqueología, buscamos también la forma de reflexionar sobre hacia dónde vamos, sobre nuestro compromiso, coherencia, sobre la forma en la que seguimos perpetuando las desigualdades y aprovechándonos de los privilegios que nacen de estas.

Por otro lado, se pretende reflexionar sobre las consecuencias directas que tienen sobre nosotras la falta de referentes a lo largo de nuestra trayectoria, las dificultades que conlleva llevar a cabo estudios transfeministas, no por la ausencia de especialistas, de interés, de temáticas explorables a través de esta perspectiva. La falta de visibilidad de estos referentes, las dificultades para alcanzar la repercusión de los estudios más mainstream, el sentimiento de desamparo, saturación, agotamiento, de confrontación... En definitiva,

cómo influye en nosotras como personas, como investigadoras y como profesionales el abordar la arqueología desde la militancia transfeminista. Esto, por suerte, abre el camino a crear alianzas, compañeras y redes de apoyo que en ocasiones terminan convirtiéndose en espacios de terapia.

Perseguimos crear un espacio de debate en el que confluyan distintas realidades y experiencias, distintas ideas y propuestas que, desde el transfeminismo y la interseccionalidad, desde lo personal y desde lo colectivo, presentan herramientas y alternativas para transformar la práctica arqueológica.

7ª sessão - Matrices de dominación, colonialismos y espacios engenerados: Una reflexión sobre la interrelación de las “diferentes diferencias” desde la arqueología

Sala B5 (Biblioteca – FL-UL) 16:45 – 19:00

Coordenação: Beatriz Marín-Aguilera, Enrique Moral de Eusebio

Materializar la dominación: etnosexualidad y matrices de opresión en las islas Marianas (1698-1769)

Enrique Moral de Eusebio

La feminista afroamericana Patricia Hill Collins define las matrices de opresión como la organización general de las relaciones jerárquicas de poder en cualquier sociedad. Según su propuesta, los diferentes ejes de opresión que existen en la mayoría de grupos humanos (por razones de sexo, género, etnia, clase, sexualidad o religión, entre otras) se (re)generan y articulan mutuamente, afectando unos a otros. Esta comunicación parte de la premisa de que la producción, reproducción y perpetuación de estas matrices de opresión tienen lugar a través de dispositivos materiales concretos. El objetivo es, por tanto, explorar cuál fue el papel de distintas materialidades en la génesis de una nueva matriz de opresión durante el proceso de colonización de las islas Marianas por parte de la Corona española. Tomando de la investigadora Joane Nagel la noción de etnosexualidad, entendida como la intersección e interacción entre el origen étnico y la sexualidad y las formas en que cada uno define y depende del otro para su significado y poder, esta ponencia se centrará en analizar estos dos ejes de opresión particulares (etnicidad y sexualidad) dentro de la nueva matriz. Para ello, llevaré a cabo un análisis de los espacios construidos y otras materialidades, como las reducciones jesuíticas, los colegios de niñas y niños, el vestido o los confessionarios, que tuvieron un mayor impacto en relación a la creación de nuevos estándares etnosexuales en el archipiélago de las Marianas.

De lo colectivo a lo individual: dinámicas de poder y de género en Sicilia occidental (ss. IX-VI a.C.)

Meritxell Ferrer

A finales del II Milenio a.C. la población local siciliana emprendió un proceso de transformación global que se vio catalizado, a partir de mediados del s. VIII a.C., por la instalación paulatina de grupos de origen egeo y levantino en las costas de la isla y el consiguiente establecimiento de contactos y relaciones de carácter regular entre estas tres comunidades. Estos cambios aparecen registrados en los patrones de asentamiento, dónde se refleja una concentración poblacional entorno a ciertas plazas; en los espacios funerarios, dónde se documenta una reducción del número de individuos sepultados conjuntamente; y en los contextos domésticos, dónde se distingue una mayor diversificación y funcionalización del espacio. Todas estas modificaciones apuntan a la reformulación de

las relaciones establecidas entre todos aquellos que residían en un mismo asentamiento, así como también entre aquellos que formaban parte de un mismo grupo doméstico. Estas transformaciones también sugieren la aparición de nuevas dinámicas sociales y políticas, así como también la emergencia de nuevas construcciones, representaciones y relaciones de género que pueden analizarse con cierta claridad a través del estudio de sus políticas del ritual. En concreto, me refiero al análisis de sus principales espacios rituales de carácter comunal ubicados en los mismos asentamientos –las denominadas acrópolis. El objetivo de esta comunicación es examinar a través de las acrópolis –considerando principalmente tanto su uso del espacio como las distintas prácticas desarrolladas periódicamente en estos escenarios rituales– la construcción de nuevas configuraciones del poder, así como también la emergencia de nuevas masculinidades y feminidades hegemónicas. En concreto, el estudio de dos acrópolis –Monte Polizzo y Polizzello– permite examinar las transformaciones políticas y de género que estas comunidades presentaron entre los siglos IX y VI a.C., un momento fuertemente caracterizado por las distintas relaciones establecidas entre estos grupos locales y las colonias griegas y fenicias asentadas en la costa.

«Por tierra del moro, sirviendo a la España mía»: La militarización del entorno marroquí durante el Protectorado español (1912-1956)

Mikel Herran Subiñas

El Protectorado español en Marruecos tuvo una extensión relativamente corta en la larga historia del colonialismo español. Basado en unos principios diferentes, y en ambiciones que buscaban recuperar el lustre imperial perdido, el experimento marroquí estuvo caracterizado por la inexperiencia, la improvisación, y el creciente control militarista. Las consecuencias que esto tuvo en la sociedad española, con el ascenso militar de los “africanistas”, y el papel del Protectorado en los golpes de Estado de los años 20 y 30 han sido más que demostradas. No obstante, el impacto del aparato colonial en Marruecos ha sido a menudo obviado, considerado nimio por su brevedad o por la escasez de recursos al alcance del Estado español frente al Protectorado francés. El colonialismo español en Marruecos, si bien breve, se caracterizó por un alto grado de militarización, encarnado en dos instituciones: los campamentos militares y las oficinas de intervención. A menudo emplazados en cruces, mercados tribales o en los límites entre territorios tribales, estos se convertirían en focos de una urbanización incipiente y de cambios fundamentales en el paisaje. La presente intervención mostrará el papel que estos espacios tuvieron en la disruptión de los modos de vida tradicionales del norte de Marruecos en los entornos rurales, con una particular atención a las matrices de dominación generadas en torno a ellos y las dinámicas creadas entre un aparato colonial altamente militarizado, y un Oriente exotizado y localizado a apenas 30 km de la metrópolis. Las relaciones entre el español y el «moro» fueron complejas, basculando entre el paternalismo y una percibida fraternidad tras la Guerra Civil, manifestadas en los entornos militarizados altamente homosociales; y el deseo de dominación, a menudo en términos de otredad sexual, de sus entornos.

Espacios construidos, tareas cotidianas y género en zonas de contacto: una mirada desde el mundo de fenicio y púnico

Ana Delgado Hervás

Esta presentación explora las relaciones entre género, entornos construidos y prácticas cotidianas en zonas de contacto fenicias y púnicas. Sitúa su centro de atención en las actividades cotidianas relacionadas con la preparación de alimentos para el consumo cotidiano, entendidas éstas desde una perspectiva amplia que incluye toda la cadena operativa implicada en estos procesos y que se extiende desde la obtención de los ingredientes hasta el desecho final de los restos de consumo y de cocina. Se cartografián los movimientos de estas experiencias cotidianas en espacios domésticos y entornos

construidos, teniendo presente asimismo la movilidad de los equipos empleados en estas actividades. Se presentan los primeros resultados de este estudio que inciden en la variabilidad de los diseños arquitectónicos y en la diversidad taskscapes existentes entre estas zonas de contacto, así como también en su transformación a lo largo del tiempo. El estudio subraya la relevancia de estas representaciones espaciales en la producción y reproducción de distinciones, ideologías y relaciones de género, pero al mismo tiempo pone de manifiesto como éstas fueron releídas, retadas y transformadas a través de la experiencia cotidiana en estos ámbitos en el marco de complejas dinámicas de dominación y resiliencia. Estas dinámicas son interpretadas desde una perspectiva interseccional que atiende principalmente al género, la heterogeneidad social y la diversidad de backgrounds culturales de los grupos e individuos que habitaban en estas zonas.

Agenciamento/Dominación/Materialidade/Panguipulli

Beatriz Marín Aguilera

Poniendo en relación el concepto de “agenciamiento” desarrollado por Gilles Deleuze y el de “matrices de dominación” de Patricia Hill Collins, esta presentación indaga en la cultura material del colonialismo y la colonialidad en el área de Panguipulli, Chile. A través del estudio arqueológico, fotográfico y documental de los siglos XVIII-XXI, esta comunicación muestra cómo la activa combinación de diferentes materialidades humanas y no humanas generó –y continúa generando– diferentes matrices de dominación multi-temporales que se suceden y se superponen, como el racismo, el patriarcado Mapuche, los colonialismos español, chileno y alemán, y el despojo.

Sexta-feira, 14 de Fevereiro

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

8ª sessão - No todo es lo que parece: Repensando la educación pública y la divulgación en la Arqueología y en la gestión del Patrimonio de la Península Ibérica

Anfiteatro III (FL-UL) 9:00 – 11:30 / 11:45 – 13:00

Coordenação: Laura Coltofean e Tiago Gil

Introducción

Laura Coltofean-Arizancu e Tiago Gil

Arqueología, comunidades e territorio: realidades, necesidades e posibilidades

Ana Cristina Martins

Concorrendo, desde há muito, como outras disciplinas, para modelar identidades locais e criar narrativas (escritas e imagéticas) exaltadoras das suas especificidades, a arqueologia tem permitido, de modo mais ou menos ciente, contribuir para o desenvolvimento das gentes locais. Particularidade que, no nosso entender, deveria ser melhor explorada em diferentes níveis, desconstruindo-se narrações, concebendo e realizando actividades fomentadoras da proximidade entre território, cidadãos, comunidades, produção científica e desenvolvimento sustentável.

Porque, afinal, impõe-se saber a razão (ou razões) pela qual nos dedicamos à arqueologia. Para quem produzimos conhecimento arqueológico? Quem beneficiará do mesmo? Mais do que isso, urge saber quem poderá e, acima de tudo, deverá ser envolvido como actor neste processo.

Responder a estas questões, exige um esforço acrescido de cidadania, estreitando a comunhão entre cidadãos, comunidades, territórios, universidades e ciência, nomeadamente através do cumprimento de 'Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030' da O.N.U.. Porque as realidades de âmbito local, regional, nacional e transnacional são diversas, as necessidades múltiplas e as possibilidades emergem, quantas vezes, da sua intersecção, numa sociedade em permanente mutação.

El Plan Nacional de Educación y Patrimonio modelo de gestión en conservación del patrimonio. Acciones de educación y arqueología

Soledad Díaz Martínez

Los Planes Nacionales de Patrimonio Cultural (PNPC) son instrumentos de gestión del patrimonio, compartidos por las diversas administraciones y con participación de otras entidades públicas o privadas. Su objetivo es el desarrollo de criterios y métodos compartidos y una programación coordinada de protección, conservación, restauración, investigación, documentación, formación y difusión del patrimonio cultural. Los PNPC constituyen así, una base informativa para tomar decisiones, establecen una metodología compartida de actuación y fijan prioridades en función de las necesidades del patrimonio, con el objetivo último de proteger y conservar los bienes culturales. Actualmente existen 14 Planes Nacionales.

El Consejo de Patrimonio Histórico Español tiene competencia para elaborar y aprobar dichos planes, si bien se gestionan desde el IPCE a través de una Comisión de Seguimiento formada por representantes de la administración central, las comunidades autónomas y expertos en la materia.

Cada Plan Nacional es un documento público un instrumento pluridisciplinar de gestión integral planteado con los objetivos de la protección, promoción, conservación, información y difusión, así como el fomento del acceso al Patrimonio Cultural de los ciudadanos.

El Plan Nacional de Educación en Patrimonio (PNEyP), aprobado en 2013, plantea la educación de la sociedad como una de las herramientas más eficaces y rentables para garantizar la preservación de los bienes culturales. Educación y patrimonio son fundamentales en la Agenda 2030 de UNESCO, la Estrategia 21 de la Comisión Europea, y la Carta de Faro, donde el Patrimonio Cultural actúa como eje de cohesión social.

Si bien los objetivos del PNEyP son fomento de la investigación en educación patrimonial, la incorporación de la educación como línea de desarrollo prioritario en el marco de los planes estratégicos del MECD y de las CCAA, la implementación de la normativa educativa, la coordinación de la colaboración entre educadores y gestores del Patrimonio Cultural, la elaboración de materiales educativos, la difusión de los programas y acciones educativas y promoción de la cooperación española en programas y acciones internacionales de educación patrimonial.

Las acciones realizadas sobre la educación de patrimonio en arqueología y su evaluación, es la temática de esta presentación.

A arqueologia portuguesa nos meios de comunicação

Elsa Luís e Catarina Costeira

No mundo contemporâneo, a velocidade da comunicação e da informação é cada vez maior exigindo uma adequação na estratégia de divulgação por parte das várias disciplinas científicas. A arqueologia, enquanto ciência social, tem como responsabilidade atualizar o conhecimento público sobre o nosso passado, bem como ativamente contribuir para uma melhor educação patrimonial. O crescente investimento que a comunidade portuguesa tem realizado na arqueologia deverá ser retribuído através do acesso livre ao conhecimento arqueológico, que, numa primeira instância, será partilhado através dos meios de comunicação de ampla divulgação.

Propomo-nos analisar a relação estabelecida entre os meios de comunicação (televisão, imprensa escrita e digital, rádio, redes sociais) e a atividade arqueológica portuguesa nos últimos 10 anos. É nosso objetivo avaliar a quantidade e qualidade de notícias sobre arqueologia portuguesa, focando-nos nas temáticas mais relevantes e frequentes, quais os meios de comunicação preferenciais, como são abordados os temas arqueológicos e qual a importância dada ao rigor científico.

Por outro lado, será relevante questionarmo-nos sobre as estratégias de divulgação que os profissionais de arqueologia têm utilizado e se haverá planos de marketing e comunicação nas empresas de arqueologia ou centros de investigação, ou se a atividade mediática ainda é condicionada pelo interesse ocasional dos Media e/ou pelo contexto de descobertas extraordinárias.

Um maior cuidado no plano de comunicação de conhecimento e património arqueológico poderá ainda contribuir para valorizar a imagem da arqueologia na sociedade contemporânea, diversificando as entidades envolvidas no financiamento desta atividade.

Para além das redes sociais – A arqueologia comercial e o interesse (do) público

Tiago Gil

O considerável aumento da actividade arqueológica em Portugal nas últimas duas décadas, resultado sobretudo do desenvolvimento económico e do incremento público e privado de obras de construção e reabilitação urbana, conduziu à institucionalização de um modelo que potenciou a contratação de profissionais, normalmente denominado “arqueologia comercial”.

Este sector tem vindo a assumir um papel preponderante no contexto da arqueologia preventiva, participando na maior parte das intervenções de minimização e de salvaguarda, das quais resultam um sem fim de relatórios técnicos e o exponencial crescimento do espólio arqueológico recolhido e armazenado.

Sendo que a divulgação e socialização do conhecimento gerado se assumem como formas dinâmicas de conservação preventiva do património arqueológico e partindo da noção que a arqueologia comercial serve o interesse público ao providenciar benefícios chave, importa perceber como se opera a relação entre o sector e a esfera pública, e vice-versa, tendo em conta a complexidade e a dinâmica das relações socioeconómicas e institucionais, bem como a pluralidade dos agentes envolvidos e dos desígnios actualmente vinculados ao Património Arqueológico.

Partindo de uma perspectiva particular, que concebe a prática arqueológica como responsabilidade perante a cidadania enquanto (re)produtora de valores sociais que permitem construir novas relações entre o passado e o presente, procura-se averiguar de que forma (e por que meios) a arqueologia comercial em Portugal tem procurado dialogar com a sociedade, explorando eventuais problemas e limitações das ferramentas e procedimentos utilizados. Pretende-se, deste modo, encetar uma reflexão prospectiva sobre as temáticas da comunicação, divulgação e transferência do conhecimento no âmbito da arqueologia comercial.

Oculto tras el geotextil: La difusión de los yacimientos en curso de excavación

Francisco José García Fernández, Maribel Rodríguez Achútegui, Pedro Araujo Albuquerque, Cristina Barragán García, Pedro Daniel Martínez del Viejo, Amada V. Tirado González

En las últimas décadas se ha generalizado la visita a los yacimientos arqueológicos durante las campañas de excavación como una parte más del proceso de difusión de sus valores patrimoniales entre la población y de sensibilización sobre el interés de los resultados que las investigaciones están obteniendo. Una ventana efímera hacia el pasado donde los restos se nos presentan desnudos, sin filtro, y donde la propia actividad arqueológica tiene la oportunidad de recuperar toda la dignidad que los medios de comunicación y la cultura popular tienden a arrebatarle.

Esta práctica es aún más importante en las excavaciones preventivas, sobre todo en medio urbano, donde los restos acaban siendo en la mayoría de los casos desmantelados, trasladados, soterrados o simplemente destruidos. Incluso en las ocasiones en que son conservados e integrados, pocas veces se respeta su contexto original. No obstante, cuando se trata de una excavación sistemática sobre un yacimiento protegido, en el marco de un proyecto de investigación, la difusión puede y debe extenderse más allá de la propia actividad arqueológica, sobre todo si existe un interés claro por la puesta en valor del sitio.

En estos casos, se trata de dar a conocer a la ciudadanía el potencial del yacimiento como recurso cultural, sobre todo cuando existe una conexión histórica o identitaria con las poblaciones cercanas. Ello permite no sólo garantizar desde el primer momento la

transferencia del conocimiento a la sociedad, incluso antes de la musealización de los restos, sino también diseñar, ensayar y definir futuros canales y estrategias de difusión. En este ámbito, la metodología de la interpretación del patrimonio constituye un instrumento muy eficaz para transmitir información sobre elementos y objetos cuyo sentido no es evidente. Emprender la difusión desde el mismo inicio del proyecto permite además hacer partícipe a la ciudadanía del proceso de investigación, sin necesidad de esperar a unos resultados codificados en un recorrido programado.

Sin embargo, esto no es una tarea fácil. Hacer compatible la investigación y la conservación obliga en la mayoría de las ocasiones a tapar los restos entre una campaña y otra o hasta que se inicie el proyecto de restauración y musealización de los mismos. Ello hace que buena parte del año las estructuras se encuentren ocultas bajo capas de geotextil y tierra. El reto, pues, es determinar y desarrollar las herramientas de interpretación adecuadas para garantizar la visita a los yacimientos en estas circunstancias. Estas se tendrán que adaptar, lógicamente, a cada caso, pero pueden partir también de una reflexión y un protocolo comunes. Nuestra experiencia Cerro Macareno, sirve de excusa para plantear algunas soluciones que a corto plazo están sirviendo para diseñar un sistema de visitas que abarque el ciclo completo antes, durante y después de la excavación.

El papel de las asociaciones culturales en la divulgación en Arqueología y en la gestión patrimonio arqueológico

Javier Rivas Ortiz, Miquel Àngel Salvà Cantarella, Natalia Sainz Tapia, David Javaloyas Molina

En el campo de la arqueología pública y la divulgación patrimonial en el estado español los agentes implicados son diversos y presentan intereses dispares. Uno de ellos son las asociaciones culturales sin ánimo de lucro en defensa, valoración y difusión del patrimonio arqueológico que permiten y favorecen la participación del público en su divulgación y gestión. En algunos casos, éstas se han convertido en las principales promotoras de proyectos de intervención arqueológica o establecen un marco legal con la Administración a través del cual se pueden llevar a cabo los trabajos. En otros casos, su presencia en la divulgación y gestión del patrimonio arqueológico es meramente testimonial.

La presente comunicación tiene por objetivo analizar el papel de dichas asociaciones, a través los casos de estudio de Mallorca y Menorca. Esto permitirá el desarrollo de estrategias de análisis que permitan valorar su función en la comunicación de Arqueología, su gestión asociativa del patrimonio, las relaciones que establecen con el resto de los agentes implicados y las implicaciones que todo ello supone para la divulgación y gestión del patrimonio.

A aprendizagem da arqueologia como agente do desenvolvimento pessoal e social. O estudo de caso da Oficina pedagógica em Tongobriga

Ana Mascarenhas, Júlia Silva, Susana Nunes, Dulcineia Pinto, Daniel Patrício

O ensino profissional de arqueologia em Tongobriga é marcado pelo projeto educativo da Escola Profissional de Arqueologia (EPA). Em setembro de 2019, a EPA e a Estação Arqueológica do Freixo conceberam um espaço pedagógico para o público que objetiva a ideologia da salvaguarda de uma área arqueológica, monumento nacional, a valorização do profissional em arqueologia e sua ligação à sociedade civil.

Integra os nossos objetivos éticos a divulgação da arqueologia. O despertar desta consciência conduziu-nos à criação de um conjunto de atividades que permitem a capacitação dos nossos alunos para uma difusão da prática arqueológica.

As atividades são de cariz interdisciplinar e colaborativo entre todos os agentes educativos permitindo uma tomada de consciência dos conceitos de identidade e pertença histórica que se procura promover.

O espaço pedagógico engloba uma oficina de simulação de escavação arqueológica e uma exposição. Na oficina, inserida na zona habitacional de Tongobriga, são recreados três dos momentos cronológicos identificados na Estação Arqueológica nos 40 anos de investigação – Idade do Ferro, Época Romana e Época Medieval. Com esta atividade pretende-se que os participantes compreendam a importância da escavação arqueológica para a construção do conhecimento e apliquem os princípios do método científico na recolha, classificação e análise dos dados arqueológicos, desenvolvendo competências de iniciativa, planificação, execução e interpretação.

A exposição é um prolongamento da oficina que permite conhecer todos os aspectos diretamente relacionados com a investigação arqueológica de campo, nomeadamente a recolha, o registo, a interpretação e a divulgação dos dados recolhidos durante uma escavação arqueológica.

O espaço pedagógico proporciona uma ligação entre o conhecimento científico, as instituições – Escola, Estação Arqueológica - e a comunidade demonstrando a sua relevância na promoção do património local.

Investigação arqueológica e divulgação junto da comunidade. Algumas considerações tendo como base o caso prático do projecto Outeiro do Circo

Eduardo Porfírio e Miguel Serra

Desde o seu início em 2008 que o Projecto Outeiro do Circo tem vindo a desenvolver actividades de socialização do conhecimento científico. Recorrendo a vários pressupostos e conceitos oriundos da área da designada Arqueologia Pública, da Arqueologia Comunitária e da Educação Patrimonial, o projecto foi-se estruturando segundo uma matriz muito própria, devida, sem dúvida e em primeiro lugar às características sociais específicas da aldeia de Mombeja (Beja), mas a ela não se restringindo pois as redes sociais possibilitam a criação de uma comunidade de cariz virtual, logo de abrangência muito mais vasta.

Se nos anos iniciais as actividades de divulgação eram encaradas como uma contrapartida ao financiamento municipal do projecto, é de salientar que com o passar do tempo, a comunidade local foi adquirindo um papel mais intervventivo. Em primeiro lugar por ter passado a propor, junto dos responsáveis científicos, a realização de eventos mais ajustados aos seus interesses e objectivos, resultando por exemplo na estruturação de uma visita tipo para grupos de ocupação de tempos livres para jovens em férias. Em segundo, porque vários elementos oriundos maioritariamente da comunidade virtual, possuidores de aptidões artísticas nomeadamente ao nível do vídeo e da fotografia, trabalharam directamente com o projecto usando-o como tema para as suas produções, daqui resultando uma série de novas perspectivas sobre o povoado, sobre a sua investigação e, acima de tudo, sobre a componente humana que interage entre si tendo como ponto de contacto o sítio arqueológico do Outeiro do Circo.

Nesta comunicação, para além de se apresentarem algumas das actividades realizadas no âmbito do projecto de Educação Patrimonial do Outeiro do Circo, discute-se a componente conceptual subjacente a este projecto, destacando-se, com base nos exemplos apresentados, a aplicação prática dos conceitos e dos pressupostos teóricos e o modo como estes são moldados pelas características sociais da comunidade local, mas também da virtual.

Visitando a memória de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal): um relato dos agentes da (sua) história

César Neves, José Morais Arnaud, Mariana Diniz, Andrea Martins

Em 2017, a Associação dos Arqueólogos Portugueses iniciou um projecto de investigação para o povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal), com o objectivo de valorizar, através do conhecimento científico, um sítio arqueológico com grande destaque no percurso historiográfico da Arqueologia ibérica.

Amplamente e sucessivamente escavado, entre 1937 e 1967, por Afonso do Paço e pelo Padre Eugénio Jalhay (este só até 1950), os trabalhos arqueológicos contaram com a participação de dezenas de habitantes de Vila Nova de São Pedro, numa comunhão de conhecimento científico e memória cultural que, ainda hoje, mantém vivo este sítio arqueológico e respectivo legado social.

Faz parte integrante do projecto VNSP 3000 a recuperação das memórias ligadas a este sítio arqueológico e às sucessivas campanhas de escavação que aí decorreram, através do registo dos relatos daqueles que lá trabalharam e constituem uma parte fundamental da Identidade de Vila Nova de São Pedro. Após o registo, resta-nos cumprir a nossa função: a sua Divulgação e, dessa forma, Preservação.

Patrimonio sin fronteras: La inclusión social de inmigrantes a través del patrimonio y de los museos arqueológicos

Laura Coltofearn-Arizancu

Las comunidades de migrantes son un componente innegablemente importante dentro de un mundo globalizado y móvil que se encuentra en constante cambio. A pesar de ello, su inclusión social en las comunidades de acogida es un proceso generalmente lento y complejo en el que pueden surgir tensiones entre los recién llegados y otros grupos establecidos con anterioridad. Los museos y el patrimonio arqueológico tienen un valioso e insuficientemente explorado potencial capaz de contribuir a la integración activa de grupos de migrantes y a la resolución de diferentes retos inherentes a la migración. No obstante, para cumplir esta función, los arqueólogos, los profesionales de los museos y del patrimonio deberían alentar y propiciar una interacción dinámica entre los migrantes y el patrimonio. Este trabajo examina la relación que tienen los inmigrantes con el patrimonio arqueológico de Cataluña, la zona de España que acoge al mayor número de inmigrantes. Para ello, se presentarán los datos resultantes de la primera encuesta en la que se investigó sobre el interés y el compromiso de los migrantes con el patrimonio arqueológico en España. Para ello se utilizó el Museu d'Arqueologia de Catalunya de Barcelona como caso de estudio. Esta ponencia se centra en el ejemplo de los rumanos, la comunidad de inmigrantes más numerosa de España, con más de un millón de personas, y la segunda más grande de Barcelona, según las últimas estadísticas de junio 2019. El trabajo utiliza este análisis como punto de partida para seguir explorando y debatiendo la forma en qué los museos arqueológicos – y el patrimonio arqueológico en general – podrían crear un sentido de pertenencia, bienestar, estabilidad e identidad tan necesarios entre las comunidades migrantes.

El uso de los museos como centros de diálogo intercultural. El Proyecto ABUAB

Francisco José Rufián Fernández e Isber Sabrine

Abuab, puertas en castellano, es un proyecto en el que utilizamos el patrimonio cultural como instrumento para lograr la integración social de refugiados e inmigrantes en España. La idea se ha desarrollado conjuntamente entre la Institución Milá y Fontanals del CSIC y la ONG Heritage for peace, que lo han llevado adelante en diferentes instituciones culturales

y museos de la ciudad de Madrid y Barcelona, enfocándolo en un principio hacia personas originarias de países con cultura árabe. Se han desarrollado diferentes actividades desde una perspectiva multidisciplinar abarcando áreas como la gestión del patrimonio, la antropología, la historia del arte, la educación y la arqueología.

En estas actividades se trabaja con elementos de la sociedad española, analizados desde su historia y su cultura material, interpretándolos mediante un discurso integrador que los relaciona con el propio patrimonio histórico y cultural de los inmigrantes/refugiados que participan. Se trata, además, que los participantes reconozcan el valor que el patrimonio aporta a la sociedad, y que aprendan a valorarlo y protegerlo cuando se encuentren en sus países de origen.

Como se ha mencionado más arriba, las actividades con las que hemos comenzado, se han centrado en un perfil de participantes muy concreto, circunscrito en el ámbito geográfico del Mediterráneo y Próximo Oriente, siendo las actividades guiadas en árabe clásico como lengua común de comunicación, y nexo de unión a su vez, entre los participantes. Y en ellas se ha contado, además del apoyo de diferentes instituciones públicas, con asociaciones que trabajan con refugiados, creando una relación de colaboración y aprendizaje mutuo entre los colaboradores.

De este modo se ha analizado cómo las actividades incrementan la capacidad de interacción social de los participantes, tanto entre ellos, como con los españoles. Buscando que al final todo repercuta en una mejora de la calidad de vida y las relaciones humanas de los participantes, e involucrando a instituciones culturales para adopten en sus programas la importancia de la educación y la cultura en el conocimiento mutuo entre las personas, para luchar contra los estereotipos y la discriminación.

Nuestro objetivo a medio plazo es utilizar la metodología de trabajo que hemos implementado, para discutir y analizar la posibilidad de trabajar con otras áreas como la gastronomía o el teatro, e implicar a participantes que a su vez generen nuevas líneas de trabajo, como pueden ser los imanes.

9ª sessão - Arqueología y maritorio: desterrando la arqueología marítima de la Edad Moderna

Anfiteatro III (FL-UL) 14:30 – 16:45

Coordenação: Konrad A. Antcz e Sergio Escribano-Ruiz

“And the sea was always there”. Identity, trade and material culture in Portuguese seafront cities (16th-18th centuries)

Tânia Manuel Casimiro

Durante os séculos XVI a XIX, sobretudo devido à sua localização geográfica e acontecimentos históricos, Portugal tornou-se um dos países europeus com actividade marítima mais dinâmica. Navios carregados de bens, pessoas e cultura de várias partes do mundo entram e saem do país deixando as suas marcas na cidades onde aportam. Esses contactos ocorrem diariamente com pessoas que navegam desde a Ásia, África, Novo Mundo e de todas as partes da Europa. Esta comunicação pretende debater a influência e impacto do mar nestes contactos culturais e de que forma isso deixou marcas nas cidades costeiras portuguesas. Apesar de diferentes abordagens comparativas o principal foco será a cidade de Lisboa com referências a Setúbal, Coimbra, Aveiro e Porto, entre outras. A informação aqui apresentada foi obtida maioritariamente de escavações arqueológicas, associada a documentos portuários e inventários e como os sistemas marítimos de comunicação internacional estiveram na base de uma identidade colectiva onde o mar e a sua navegação tiveram um papel fundamental.

Navios e naufrágios como fonte arqueológica: perspectivas de investigação desde Portugal

José Bettencourt

Os navios ocupam um espaço central na arqueologia marítima de época moderna, sobretudo através do estudo de sítios arqueológicos submersos. Veículo de transporte de cargas e passageiros, máquina de guerra e símbolo de poder, habitação ou estrutura de produção, estes podem reflectir uma multiplicidade de aspectos da sociedade, constituindo os naufrágios uma fonte arqueológica com potencial também muito diverso.

Nesta apresentação faz-se um balanço sobre a arqueologia dos navios e naufrágios em Portugal, focando as várias perspectivas de investigação adoptadas nas últimas décadas. Muitas abordagens focam-se em temas tradicionais, de arqueologia naval ou de análise de rotas comerciais através da cultura material. Mas os navios prestam-se a outros questionários. A cultura material presente nestes sítios documenta processos históricos como o capitalismo e a globalização. A formação de sítios arqueológicos com restos de navios aponta para vários tipos de deposição – além do naufrágio, estes surgem abandonados, reutilizados ou reciclados, surgindo como marcadores da evolução da linha de costa. Os naufrágios constituem-se assim como parte fundamental das paisagens culturais marítimas. Surgem também em múltiplas representações materiais e imateriais, aparecendo na religiosidade e no imaginário local, apropriados pelas comunidades ribeirinhas.

Sucata, Tesouro ou Bem Cultural? A Gênese da Legislação Brasileira para a Arqueologia Subaquática

Paulo Bava Camargo

A efetividade das ações em prol do Patrimônio Cultural Subaquático (PCS), no Brasil, dependem muito mais de um conjunto de práticas alicerçadas na Convenção de 2001 da UNESCO aplicadas pelas instâncias burocráticas governamentais do que da imposição da legislação que rege a pesquisa subaquática – em especial, a inepta lei federal 7542, de 1986, alterada pela nefasta lei 10166, de 2000. O grande problema desse quadro de boas práticas de gestão, vinculado à Ciência, é que ele está constantemente ameaçado pela possibilidade da aplicação da lei, a qual permitiria que o Estado adjudicasse parte dos bens salvados de um sítio arqueológico de naufrágio ao agente que empreendesse o resgate dos bens soçobrados daquele sítio.

A legislação ameaçar o PCS não é algo raro – o caso de Portugal, na década de 1990 é um dos mais conhecidos. Assim sendo, acredita-se que o ponto mais importante na análise da questão brasileira seria: por que as leis 7542 e 10166 ameaçam a herança cultural submersa brasileira? Como elas foram elaboradas e modificadas? Quais eram as situações práticas e jurídicas anteriores a elas? Quais foram/ são / serão os seus propósitos?

Objetiva-se, com este trabalho, entender quais as linhas de pensamento e de ação que subjazem a essas leis ao longo da história. A hipótese principal é a de que a mencionada legislação é o resultado de uma longa tradição de atividades de resgate submerso, bem como de legislação vinculada à recuperação de cascos soçobrados e à reutilização do metal proveniente deles, atividade essencial para o país durante a Segunda Guerra Mundial. Além dessas razões, como pano de fundo para a criação das leis há as oscilações políticas relativas à adoção de modelos econômicos intervencionistas ou liberais e, por fim, de um significativo desconhecimento do que é a Arqueologia subaquática por parte dos legisladores.

Contribuciones de la Arqueología marítima histórica al conocimiento de la tecnología náutica y metalúrgica modernas

Nicolás Ciarlo

La arqueología marítima histórica, y en particular las investigaciones que se ocupan del estudio de naufragios y otras evidencias asociadas al relación del ser humano y los entornos acuáticos en época moderna, revisten especial interés para el conocimiento de las sociedades de la época. Las actividades náuticas tuvieron un rol importante en torno a la exploración de maritorios y territorios, el comercio y los mercados de ultramar, la explotación de recursos, los conflictos bélicos, las relaciones interétnicas y las políticas colonialistas, entre otros acontecimientos y procesos con implicancias significativas en la configuración del mundo moderno. Esta dinámica se desarrolló en el marco de diferentes entornos construidos significativamente y articulados como parte de un complejo paisaje cultural. Dentro de este contexto, las fronteras entre los espacios acuáticos (mares, ríos y lagos) y terrestres se desvanecen; unos y otros no pueden ser interpretados sino a través de la combinación de sus aspectos específicos y de aquellos que, dadas las características de las prácticas humanas allí desarrolladas, les definieron como un continuum. En línea con los fundamentos de la propuesta de la mesa Arqueología y maritorio..., en esta presentación ahondaremos en la importancia de estudiar los barcos en relación al contexto socio-histórico más amplio, analizando e integrando diversas fuentes de información y datos procedentes de múltiples naufragios y sitios arqueológicos en tierra (e.g. astilleros, arsenales, industrias, minas, fortificaciones, campos de batalla). En particular, como caso de estudio, discutiremos la utilidad de esta aproximación teórico-metodológica para profundizar el conocimiento disponible sobre el desarrollo de la tecnología náutica y metalúrgica en época moderna.

Mar, Capitalismo y Antártida: aproximaciones conceptuales y analíticas en arqueología histórica

M. Ximena Senatore

Antártida, aislada y rodeada por océanos, permaneció como un continente remoto y desconocido hasta principios del siglo XIX. El mar ha desempeñado un papel crucial en su historia. Sin embargo, las grandes narrativas antárticas se han interesado principalmente en las experiencias en tierra, especialmente en eventos puntuales de reconocidos exploradores, como la llegada al Polo Sur.

El desarrollo de investigaciones arqueológicas en Antártida, orientadas al estudio de la explotación lobera y ballenera en el siglo XIX, ha significado un cambio de perspectiva que ha complementado, cuestionado y enriquecido la mirada historiográfica. Las investigaciones han contribuido a comprender la incorporación de Antártida al mundo moderno como parte del proceso de expansión capitalista. Este trabajo presenta la perspectiva teórica de la arqueología histórica desarrollada en las Islas Shetland de Sur y discute, en particular, aproximaciones analíticas que conectan conceptualmente mar y tierra en el proceso de conocimiento del pasado de Antártida.

La estabilización del conjunto numismático recuperado del hundimiento de la Fragata Nuestra Señora de las Mercedes

Soledad Díaz Martínez

España ha tenido que enfrentarse a la conservación del mayor bien mueble recuperado por un país, un conjunto numismático de más de 574.000 monedas de plata. El hundimiento de la Fragata Nuestra Señora de las Mercedes (NSM) el 5 de octubre de 1804 por parte de la armada inglesa, cuando regresaba de América, fue el preludio de la batalla de Trafalgar.

Odyssey Marine Exploración empresa que cotiza en la bolsa de NY, dedicada al expolio y explotación del patrimonio sumergido en el mundo, con ayuda de la tecnología más avanzada extrajo, en 2006, la carga de las monedas hundidas a más de 1.100 m.

La fragata transportaba unas de 900.000 monedas de oro y plata, la mayoría reales de 8, además de otros materiales valiosos como pieles exóticas, especias, medicinas, maderas nobles, una gran cantidad de lingotes de cobre y estaño para la Real Armería de Sevilla, vajilla, cañones, culebrinas etc.

España inicio un litigio internacional para recuperar el cargamento en el tribunal Federal de Tampa en 2007 que ganó en 2009 y fue ratificado por el Tribunal de Apelación de Atlanta en 2011. En febrero de 2012 Odyssey se vio obligada a entregar parte de la carga a España.

Conservar un conjunto de 574.533 monedas de plata resulta una tarea de dimensiones épicas, tanto por los recursos materiales y económicos que hay que invertir, como por el grupo interdisciplinar de trabajo que requiere. Las acciones de estabilización de conjunto numismático recuperado de la Fragata NSM constituyen un reto que comenzó en 2013 y continua en la actualidad, es la mayor actuación que un país ha tenido que acometer para conservar un bien cultural mueble. La metodología de esta intervención y los recursos necesarios para llevarla a cabo, son los objetivos del trabajo.

Os novos portos do Atlântico da época Moderna – navegação, estruturas e usos. Uma abordagem comparativa e multidisciplinar entre a História, Arqueologia e a Geomorfologia

Catarina García

Tomando como ponto de partida a ideia de que os portos foram, ao longo da Época Moderna, nós estratégicos vitais no apoio à construção de impérios marítimos europeus, tentamos entender o papel dos portos e das cidades-portuárias, criadas de raiz nas novas geografias ultramarinas. Tendo arqueologia como base desta análise, coadjuvada por domínios do conhecimento auxiliares à sua interpretação, iremos focar a nossa atenção nos processos iniciais de percepção de novas paisagens, tanto terrestres como marítimas, analisando momentos de experimentação, transferência de conhecimentos e/ou aplicação de modelos num conjunto de casos de estudo, tendo em conta o espaço portuário, que inclui especificidades, de uma abordagem metodológica dos estudos portuários da Época Moderna.

Centrado na importância das ilhas e no modo como funcionaram como extensões territoriais e bases para uma expansão marítima, procuramos entender em que medida certos locais foram considerados estratégicos e escolhidos para servirem como portos relevantes, como foi o caso de Angra nos Açores, Funchal ou Cidade Velha, em Cabo Verde, mas também portos do continente americano como o porto da Baía de Todos os Santos no Brasil que serviram de base a rotas comerciais que cruzavam o Atlântico.

Partindo de uma abordagem multidisciplinar apresentaremos os portos enquanto espaço físico onde se edificaram, desenvolveram e transformaram estruturas de modo a satisfazer as necessidades de aí ocorrem movimentos de embarcações, interface de sistemas económicos, sociais, culturais e religiosos. Para entender a forma como evoluiu a constituição destes espaços e o seu funcionamento, recorremos a diversas olhares da arqueologia, tanto terrestre como subaquático, da história através da análise documental, da geomorfologia e da cartografia actual e antiga.

Avenidas en lo azul. La arqueología del mar: el dominio por excelencia de entrelazamientos entre humanos y cosas

Konrad Antczak

El mar merece un papel protagónico en la arqueología de la Edad Moderna ya que fueron sus características únicas las que lo convirtieron en un medio idóneo para suscitar nuevos y crecientemente densos entrelazamientos entre humanos y cosas a escala global. La movilidad sobre el mar superó con creces las movilidades terrestres y las vías oceánicas se convirtieron en autopistas hiperconectadas que movían personas y cosas a granel en todas direcciones, uniendo islas, costas y continentes de tal manera que el movimiento sobre la tierra (con la notable excepción de los ríos y otros cuerpos de agua continentales) nunca podría replicar. Para subrayar el rol fundamental del mar en la arqueología de los últimos 500 años, presentaré dos casos de estudio de los siglos XVII y XVIII dónde las movilidades de marineros y los itinerarios marítimos de las cosas crearon nuevos y estrechos entrelazamientos. En el primer caso de la isla venezolana de La Tortuga, presentaré el análisis de los ajuares cerámicos que allí dejaron los marineros angloamericanos que cosechaban sal marina. En este ejemplo, demostraré el potencial del mar en promover globalidades situadas, instancias donde, paradójicamente, lo global se aloja en lo local en una relación recursiva. En el segundo caso de las islas de Curazao y Bonaire, hablaré de cómo el comercio informal marítimo en el Mar de Venezuela, que unía más que separaba estas islas de Tierra Firme, permitió que se creara una cultura trans- y extraimperial con una lengua, identidades y materialidades compartidas. Por lo tanto, en esta ponencia argumentaré que durante la Edad Moderna el mar no era meramente un intersticio pasivo del mundo Atlántico —era su vital y pulsante tejido conjuntivo. El mar fue (y en gran medida sigue siendo) el dominio por excelencia de la movilidad y de los entrelazamientos entre humanos y cosas.

La materialidad del miedo al mar: poesía, religión y Arqueología

Sergio Escribano-Ruiz

Los estudios arqueológicos de las pesquerías de ballena que los vascos establecieron en Norteamérica han sido dirigidos siempre desde aproximaciones de base empírica. Por eso, para el caso concreto que analiza esta sesión -la relación entre cosas, personas y el mar-, los únicos estudios que podrían relacionarse son aquellos realizados sobre las escasas embarcaciones recuperadas. Sin embargo, desde un abordaje teórico podríamos y deberíamos plantearnos cómo se podría entender realmente la importancia que tuvo el mar en este proceso histórico. Máxime cuando estuvo totalmente mediatisado por el mar, como medio de transporte, pero también como medio en el que se vivía, mataba y moría. Mediante este trabajo tratamos de realizar un acercamiento fenomenológico a las pesquerías vascas, tratando de aprehender el sentido de la experiencia de surcar el océano y cazar animales marinos gigantescos. El inductor del trabajo será la poesía religiosa de la época, único soporte en el que hemos localizado ese sentido de la experiencia manifestado de forma extensa y explícita. Tras aproximarnos a esa realidad poética en el que reverberan los riesgos que implicaba el viaje a Canadá y la caza de ballenas, volveremos la vista al registro material para tratar de inferir si estas cuestiones están reflejadas de alguna manera en la cultura material.

10ª sessão - Os “novos materialismos” e a Arqueologia peninsular

Anfiteatro III (FL-UL) 17:00 – 19:00

Coordenação: Ana Vale e Irene Garcia Rovira

Moderação: Sérgio Gomes

Pensar a Arte Rupestre Atlântica à luz da Teoria do Agenciamento (Assemblage Theory)

Joana Valdez-Tullett

“Estilo” e “tradição” são conceitos frequentemente utilizados no estudo da arte rupestre, por forma a caracterizar as práticas artísticas. A noção de “estilo” identifica conjuntos específicos de características morfológicas, aos quais são associadas referências regionais, culturais ou cronológicas. Herança da corrente histórico-culturalista, é comum a várias áreas da Arqueologia, embora negligencie os contextos das materialidades, pelo que as ilações produzidas entre períodos temporais e estilo são problemáticas. O conceito de “tradição” pretende colmatar esta limitação, contemplando ainda a hereditariedade e continuidade histórica das materialidades, que envolvem a transmissão de ideias, técnicas e práticas. Não obstante, esta perspectiva atribui um papel passivo aos agentes humanos, aqui vistos como meros receptores de informação, inibindo outras vias de investigação.

Na sua historiografia, ambos os termos foram utilizados para descrever a Arte Rupestre Atlântica, embora nenhum tenha capacidade para incorporar a complexidade deste fenómeno. Deste modo, o conceito que melhor descreve a Arte Atlântica é a definição Deleuziana de “agenciamento” (assemblage). Esta comunicação vai explorar a aplicação deste paradigma ao estudo da arte rupestre e a forma como a abordagem ontológica das materialidades introduz nuances significativas produzidas pela articulação de uma série de entidades inter-relacionadas que, neste caso, incluem os motivos, suportes rochosos, localização e outras características intangíveis como acções ou predisposições (affordances). Pensar a Arte Rupestre Atlântica como agenciamento permite incluir e relacionar todas as propriedades relevantes que caracterizam a arte rupestre como o estilo, a tradição, performance, ideias, técnicas, cronologias, de uma forma dinâmica e inter-relacional, que determinam a sua origem e promovem um entendimento mais profundo da sua existência (being).

¿Definir un “gathering place” desde otras ontologías? Los recintos de fosos prehistóricos del sur peninsular como caso de estudio

Lara Milesi

Conceptos como gathering place o aggregation sites han sido frecuentemente utilizados para explicar importantes contextos arqueológicos de la Prehistoria Reciente peninsular durante las dos últimas décadas. Estas nociones se introdujeron en el debate de los recintos de fosos prehistóricos peninsulares (IV-III milenios a.C.) por algunos investigadores para romper con las interpretaciones tradicionales que definían a estos yacimientos como poblados estables y fortificados. Sin embargo, la idea de “lugar de reunión” utilizada no ha sido suficientemente definida aún.

Este trabajo se dedica a la discusión de dicho concepto desde una perspectiva poscolonial y transcultural. Para ello se presentan los resultados de la investigación etnográfica que se llevó a cabo con comunidades mapuche (centro-sur de Chile) y māori (Nueva Zelanda) entre los años 2013 y 2017. El estudio ha permitido trabajar en lugares específicamente diseñados para el encuentro en ambas culturas, contando con las voces locales y su propia definición del espacio.

La complejidad que reflejan ambas definiciones hace posible reconocer la existencia de una relación íntima entre los actores humanos, el medio físico, los entes espirituales y los animales que participan en las reuniones. A su vez, la constatación de la necesaria existencia de una red de actores y actantes en la constitución de un lugar de encuentro permite repensar la interpretación de los recintos de fosos del sur peninsular como gathering places y proponer una metodología específica para su investigación.

Novos materialismos, narrativas e deposições | “Seis personagens à procura de um autor”

Sérgio Gomes

Os novos materialismos vieram contribuir para multiplicar as perspetivas de produzir discursos sobre os vestígios materiais do passado. A sua discussão e desenvolvimento no âmbito da prática arqueológica contribuiu para dar ênfase a diferentes agentes e dinâmicas que compõem o registo arqueológico. Estas diferentes ênfases potenciaram a emergência de novas narrativas, centradas nouros agentes e novos enredos. Nesta comunicação, pretendo problematizar a relação entre as propostas dos novos materialismos e as possibilidades de criação de narrativas que as acompanham. Partindo de diferentes exemplos de contextos de deposição de diferentes categorias de materiais e artefactos da Pré-história Recente do território português, o meu objetivo é discutir as possibilidades de criação de narrativas a partir destas “entidades” que ocorrem em diferentes estações. O subtítulo da comunicação é o nome de uma peça de Pirandello; optei por o adicionar porque nesta obra aborda-se, entre outras temas, a questão de como encenar a vida de seis personagens que aparecem subitamente em cena. Entre os limites e as possibilidades do paralelismo, o desafio parece ser o mesmo; o de compreender e encenar a presença de uma entidade que irrompe num qualquer espaço.

Entre a criatividade e o factual abrem-se portas à simetria? – algumas reflexões em torno do processo de construção do conhecimento sobre arte rupestre em Portugal

Lara Bacelar Alves

“For me, at the heart of the archaeological imagination is creative practice that cuts across science and the humanities, the past and the present.” Shanks, 2012: 149

Para esta reflexão tomamos como ponto de partida o seguinte questionamento: em que medida as correntes teóricas emergentes, como a Arqueologia Simétrica, Assemblage Theory, ou os mais recentes debates ontológicos, abrem efectivamente novas vias para repensar os fundamentos teóricos e interpretativos nos estudos em arte rupestre? Sendo aquelas produto do contexto académico em que foram concebidos, e atentando às propostas concretas que delas sobressaem, afiguram-se-nos mais como tentativas de ordenamento formal de uma miríade de ideias e exercícios interpretativos revolucionários que começaram a ser ensaiados no Reino Unido em meados da década de 1990, no seio do ambiente gerado pelo advento do pós-processualismo, do que construções teóricas verdadeiramente inovadoras. Aliás, B. Olsen afirma mesmo que a Arqueologia Simétrica não pretende assumir-se como um paradigma teórico ou um método, mas sim como um conjunto de conceitos que pretendem promover a mudança, ou iniciar um processo de transição. Numa sua síntese de 2012, apresenta a investigação em arte rupestre como um dos domínios onde essa transição se deveria encetar. No entanto, algumas das suas propostas já têm efectivamente vindo a ser exploradas há mais de uma década, embora adquiram agora novas roupagens, ao serem enquadradas numa construção teórica de sentido mais abrangente. Algo similar se verifica com as directivas apontadas por A. Jones, em 2017, no seu artigo “Rock art and Ontology”.

Esta comunicação parte da observância dessas novas perspectivas interpretativas abertas pelo pós-processualismo na investigação em arte rupestre para esboçar o 'estado da arte' no que respeita às formas de produção de conhecimento nesse domínio em Portugal.

Los Nuevos Materialismos, o porqué las ‘herramientas del amo nunca desmantelarán la casa del amo’

Guillermo Diaz de Liano del Valle

El auge de los Nuevos materialismos, una de las propuestas teóricas más novedosas dentro de los enfoques posthumanistas, debe enmarcarse dentro de la crítica a la denominada condición moderna. Es innegable que estos nuevos enfoques nos permiten repensar la relación entre los diferentes elementos que constituyen la realidad, y son particularmente efectivos para pensar las relaciones y el impacto que lo no-humano tienen.

No obstante, esta propuesta defenderá que su postura de renovación ontológica no se traduce en una perspectiva revolucionaria, no al menos en una de las facetas mas necesarias en el pensamiento arqueológico: la decolonización. Mientras que otros enfoques posthumanistas, como el giro ontológico, sí que implican un potencial decolonizador considerable, esta comunicación defenderá que los postulados de los Nuevos Materialismos reifican la importancia de la conectividad y la complejidad en sentido tecno-tipológico como elementos clave para repensar la realidad. Todos estos elementos son, sin embargo, conceptos vertebradores del pensamiento arqueológico contemporáneo, occidental y moderno, por lo que cualquier propuesta de renovación ontológica estructurada en torno a ellos difícilmente será revolucionaria en un sentido político y decolonial.

Os Novos Materialismos ou os Velhos Idealismos? O caso da ontologia orientada a objetos

Artur Ribeiro

É fácil convencer as pessoas de que algo é novo, quando se desconhece aquilo que é velho. É este o caso dos “Novos” Materialismos. Enquanto se pode reconhecer, por exemplo, a arqueologia processual como a introdução de metodologias das ciências naturais na prática da arqueologia, da mesma maneira que se pode reconhecer a arqueologia pós-processual como a introdução de metodologias das ciências humanas e teoria crítica, os Novos Materialismos ainda não introduziram nada de particularmente novo na arqueologia (Lindstrøm, 2015). O que é de fato novo é o dogmatismo ontológico associado aos Novos Materialismos (Ribeiro, 2019).

Com o caso da ontologia orientada a objetos (OOO) em mente, esta apresentação irá focar em dois aspectos da OOO em particular, e dos Novos Materialismos no geral: primeiro, através de uma análise filosófica e histórica, pode-se demonstrar que a OOO e os Novos Materialismos referem-se não a correntes materialistas mas sim a correntes idealistas, nomeadamente de origem Kantiana, Hegeliana, e Heideggeriana; segundo, uma análise da aplicação da OOO a material arqueológico demonstra que os métodos da OOO, por exemplo os métodos aplicados no estudo do Dutch East India Company (VOC), são nada mais que métodos desenvolvidos na disciplina da história, e que têm sido utilizados há décadas por historiadores e arqueólogos.

Esta apresentação concluirá com o argumento que do ponto de vista peninsular, faz mais sentido estar aberto ao conceito de pluralismo metodológico, definido por Von Wright (1971), que rejeita o dogmatismo ontológico em favor de uma perspetiva abrangente e pluridisciplinar.

11ª sessão - Da economia à identidade: discursos arqueológicos sobre o consumo, do passado ao presente.

Sala B5 (Biblioteca – FL-UL) 9:00 – 10:30

Coordenação: Francisco B. Gomes

Da economia à identidade: discursos arqueológicos sobre o consumo, do passado ao presente

Francisco B. Gomes

«What was once a natural act becomes a social act entangled in history and politics, open to law and regulation, helping to define what it is to be human.» (J. Storey, Theories of Consumption, 2017, p. 3. Londres: Routledge).

Desde os finais da década de 1970 a análise do consumo conheceu um desenvolvimento considerável no âmbito das Ciências Sociais. A visão tradicional, economicista, foi progressivamente substituída por leituras mais complexas que identificam o consumo como um fenómeno sociocultural com implicações na construção e representação da ordem social e das identidades individuais e colectivas. O impacto dessa renovação teórica na Arqueologia foi contudo reduzido, facto surpreendente considerando a sua relação com a cultura material e as virtualidades dos seus métodos analíticos para a delimitação de padrões e estratégias de consumo. Com esta sessão pretende-se, por um lado, debater as formas como o consumo foi abordado, pensado e teorizado no âmbito da Arqueologia peninsular, enfatizando as possíveis razões para a escassa penetração de novos modelos conceptuais e interpretativos no âmbito do discurso arqueológico. Por outro lado, pretende-se lançar uma reflexão colectiva sobre os possíveis caminhos teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de uma Arqueologia do Consumo, debatendo as formas e os modos de superar uma visão mais tradicional fortemente marcada pela análise económica e as novas abordagens focadas no consumo enquanto prática social e cultural activa intimamente relacionada com a construção e representação da(s) identidade(s). Assim, no âmbito desta sessão terão lugar quaisquer contributos que pretendam reflectir sobre as formas teóricas e metodológicas de abordar e interpretar padrões e estratégias de consumo concretos através do registo arqueológico, independentemente do contexto cronológico ou cultural a abordar. As perspectivas interdisciplinares, focadas no impacto dos métodos analíticos e da Arqueometria na reconstrução das lógicas e práticas de consumo, serão igualmente bem-vindas nesta discussão.

Título a indicar

Ana Catarina Sousa et alii

Catch it by the Blade. Distribuição e consumo de lâminas de sílex oolítico no Sul de Portugal durante o 3º Milénio ANE: o povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central) como case study

Marco António Andrade, Rui Mataloto, Catarina Costeira

A presença de lâminas de sílex oolítico no Sudoeste peninsular (provenientes da área do Sub-Bético Médio, entre Málaga e Granada) é normalmente assumida como reflexo de um consumo sumptuário, por parte das elites locais, de bens de prestígio com origem exógena – no contexto da crescente complexificação social inerente à afirmação e consolidação das sociedades arqueo-metalúrgicas estáveis do Calcolítico. Contudo, esta

leitura poderá ser de certa forma tendenciosa, dado que os modelos teóricos esboçados se fundamentam quase exclusivamente em dados provenientes de contextos funerários – logo, refletindo circunstâncias particulares de utilização que poderão não reflectir a real dimensão dos esquemas de distribuição e consumo destes items específicos. Com efeito, estudos recentes (ainda que em escasso número) têm demonstrados que os elementos de sílex oolítico estão igualmente presentes em contextos claramente habitacionais do Sul de Portugal, em sítios que muito dificilmente poderão ser assumidos como grandes «centros gregários» – alargando assim as escalas de análise da sua distribuição e utilização. No povoado de São Pedro (Redondo), ocupado durante grande parte do 3º milénio ANE, as análises petrográficas mesoscópicas entretanto realizadas demonstram que parte significativa dos produtos alongados corresponde precisamente a elementos produzidos sobre sílex oolítico – com evidentes marcas de uso (tratando-se assim de utensílios efectivos), recolhidos em contextos estratigráficos e estruturais que muito difficilmente permitirão a sua inclusão na categoria estrita dos «bens de prestígio». Desta maneira, os modelos teóricos de consumo e distribuição a longa distância desta matéria-prima parecem estar longe de corresponder unicamente a dinâmicas sociais de acumulação sumptuária, pelo menos durante boa parte do 3º milénio ANE. Neste sentido, a análise do conjunto reunido no sítio de São Pedro servirá de ponto de partida para uma reflexão mais alargada sobre a presença, distribuição e uso de matérias-primas líticas exógenas no Sul do território actualmente português, propondo-se leituras alternativas para os seus padrões de consumo.

Prácticas culinarias, identidades y paisajes alimentarios en espacios “coloniales” mediterráneos: un análisis de los equipos de cocina de Empúries (s. VI-V a.C.)

Ana Delgado e Meritxell Ferrer

Las zonas de contacto y los espacios coloniales fueron escenarios especialmente significativos en la gestación de los nuevos entornos alimenticios, de los nuevos modos de cocinar y de las nuevas formas y estilos de consumo que irrumpieron en el mundo mediterráneo entre los siglos VIII y IV a.C. El dinamismo y fluidez de estos entornos y su carácter transformador han permanecido, sin embargo, en gran medida ocultos bajo las perspectivas que han dominado el estudio de las prácticas de cocina o de consumo en las últimas décadas. Estos estudios han privilegiado miradas que entienden prácticas y culturas materiales culinarias de zonas de contacto como arenas de nostalgia y/o modos de expresión o autoidentificación con grupos o colectivos sociales, en demasiadas ocasiones reducidos a identidades de tipo étnico o a sus versiones modernizadas de las comunidades de práctica. Nuestro objetivo en esta ponencia será explorar perspectivas alternativas a partir del concepto de foodscape o paisaje alimentario, entendido éste como una construcción social dinámica que se gesta en lugares específicos -conectados global y localmente de forma variable- en los que interactúan personas, significados y procesos materiales. Nuestra presentación examinará el caso arqueológico de Empúries, analizando las dinámicas que caracterizan a sus prácticas culinarias y equipos cocina entre el 550 y el 375 a.C.

Usos e formas de consumo em tempos medievais: as fossas-concheiro de Santa Joana, Aveiro

Susana Themudo

Descodificar tipos e dinâmicas de consumo através do registo arqueológico, a partir da identificação de grupos culturais e consequentemente, mapear os seus comportamentos/tendências para hábitos de consumo, é uma das premissas na qual a cultura material arqueológica se insere. Nesse âmbito, a escavação arqueológica desencadeada em 2017, nas imediações do Mosteiro da Princesa Santa Joana, Aveiro, permitiu identificar várias estruturas em negativo, denominadas como “fossas – concheiro”. Elementos arqueológicos escavados no solo e de acordo com alguns parâmetros construtivos, permitindo a

assimilação de uma determinada linguagem contextual e consequentemente, formas e usos de uma temporalidade cultural inserível na época medieval, denunciando uma tendência de consumo alimentar intrinsecamente ligado à vida marítima. A presença de fauna malacológica diversificada e de espólio cerâmico de índole doméstica, associados a outros elementos da cultura material marítima, possibilitou a identificação de uma mundividência específica. Do seu estudo resulta a apreensão da existência de um mercado de bens específico, subentendendo-se uma ideologia de consumo díspar das dinâmicas que lhe sucederam.

O consumo enquanto reflexo da vivência de um palácio do século XVIII em Portugal: problemáticas dos dados obtidos. O caso do Palácio dos Condes de Penafiel, Lisboa

Martim Lopes, Natacha Rodrigues, Rita Lopes, Tomás Mesquita, Inês Belém

O estudo da sociedade está indissociavelmente ligado ao estudo do sistema económico que a sustenta. Desde a sua origem que o homem é um consumidor, tendo progressivamente incrementado a escala de produção, e com isso aumentado também seu consumo e número de evidências arqueológicas presentes nos contextos.

O Palácio dos Condes de Penafiel está situado numa das encostas do Castelo de São Jorge, sendo actualmente a sede da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa. As intervenções arqueológicas aqui efetuadas tiveram lugar entre 1992 e 1993, tendo sido exumado um contexto do século XVIII com término em 1755, quando está documentada a destruição do edifício prévio ao palácio.

O espólio cerâmico e vítreo foi analisado pelos autores, tendo sido aplicada uma análise quantitativa e estatística dos mesmos, bem como uma análise arqueométrica dos artefactos cerâmicos, a qual permitiu estabelecer algumas questões quanto ao fabrico destes materiais.

Os autores propõem-se a discutir a forma como os métodos de quantificação por Número Mínimo de Indivíduos podem não resultar numa visão precisa da realidade da época. Discute-se ainda, de um ponto de vista de formas, aquilo que os materiais representam quanto às posses e estatuto daqueles que ali habitaram, uma vez que este contexto se destaca pela presença de materiais de formas/proveniências distintas das dos contextos mais recorrentes em Lisboa.

Por fim, o objectivo desta intervenção é discutir do ponto de vista teórico uma abordagem que os autores consideram possível de aplicar na análise dos contextos do século XVIII, uma vez que o aumento de consumo que se verifica neste período pode tornar os resultados dos métodos quantitativos fiáveis para cronologias mais recuadas, relativos nos seus dados para esta cronologia, bem como a pertinência de se abordar em análise as informações sobre a sociedade que são possíveis estabelecer através dos dados económicos dos materiais.

12ª sessão - Green Archaeology/ Arqueología Verde

Sala B5 (Biblioteca – FL-UL) 10:30 – 11:30

Coordenação: Mònica Bouso

Sostenibilidad del Patrimonio Histórico y cambio climático

Blanca del Espino Hidalgo

La cultura es hoy considerada como una clave para reforzar la sostenibilidad, generalmente asociada con la idea de cómo los modelos de habitar heredados, junto con la creatividad, pueden ayudar a generar nuevas sinergias sociales que regeneren la manera en la que

pensamos, producimos y habitamos nuestras ciudades y nuestro territorio. Dentro de este marco conceptual, el patrimonio histórico -entendido como la manera en la que la cultura se manifestó en momentos pasados- reaparece como una base de la que aprehender nociones de adaptación al territorio, a las condiciones adversas, a los cambios y a la evolución, es decir, herramientas para hacer frente a retos entre los que destaca, por su urgencia y condición global, el cambio climático.

Por otra parte, desde el ámbito oficial, directrices internacionales como la Declaración de Hangzhou de la ONU (2013) sobre Situar la cultura en el centro de las políticas de desarrollo sostenible o la Declaración de Florencia del Foro Mundial de Unesco sobre Cultura, Creatividad y Desarrollo Sostenible (2014) pusieron sobre el tablero el papel de la cultura y el patrimonio como motores e inspiración para una sociedad actual más innovadora y más resiliente, es decir, mejor adaptada a las condiciones actuales y a un mundo cambiante y permanentemente en crisis a nivel económico, ambiental y social. Más recientemente, el último Informe Mundial de UNESCO Re | pensar las políticas culturales: creatividad para el desarrollo (2018) ha constatado esta tendencia, definiendo como uno de sus cuatro objetivos fundamentales la integración de la cultura en los marcos de desarrollo sostenible. Por último, esta intervención pretende incorporar al debate los diecisiete Objetivos de Desarrollo Sostenible de la ONU aprobados en 2015 que, si bien no abordan de forma expresa ningún principio relacionado con la cultura o el patrimonio histórico o cultural, han dado lugar a acciones para su incorporación de manera explícita en líneas de acción y documentos posteriores.

Do Aquecimento Global à subida do nível do mar e ao risco costeiro

Carlos Antunes

O aquecimento global (AQ) pós-industrial tem sido considerado o principal impulsionador da subida do nível do mar (SNM) e de todas as alterações climáticas (AC) que estamos a observar. Sendo o aumento dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera a principal razão para o AG.

Devido ao elevado aumento da concentração dos GEE na atmosfera desde período pré-industrial, a temperatura média a nível global aumentou 1.1 °C. A nossa dependência excessiva das energias fósseis tem tornado difícil a redução das emissões, e consequentemente, as metas de mitigação das alterações climáticas. Devido à inércia do sistema climático, a atual concentração dos GEE, de 412 ppm, garante já um aquecimento global de 1.4 °C na próxima década, a aumentar a uma taxa de 0.25 °C por década.

O calor aprisionado pelo efeito estufa tem sido a principal razão para o aumento do conteúdo térmico oceânico, responsável pela expansão térmica oceânica, e a razão para o degelo dos principais glaciares, das calotas polares, responsáveis pelo aumento da massa oceânica. Estas duas componentes, são as principais razões para a SNM de 20 cm nos últimos 100 anos.

Projeções recentes de SNM para o século XXI variam de 0.5 a 2.5 m, com significativos impactos nas zonas baixas das regiões costeiras. 10 a 12% da população mundial reside nas zonas costeiras e é esperado que aumente até ao final do século. Em Portugal, vive hoje cerca de 14% da população na faixa costeira de 2 km. Tal exposição, com toda a atividade económica envolvida nessas áreas, os impactos e consequências indiretas da SNM serão imprevisíveis e difíceis de quantificar. Uma avaliação completa e rigorosa do risco de SNM nas áreas costeiras, com base nos cenários de risco mais prováveis e extremos, é crucial para uma sustentabilidade económica planeada e para uma maior resiliência dos países e comunidades costeiras. A melhor estratégia face à ameaça incerta das AC é a ação imediata com medidas de adaptação.

El Turismo en espacios socioambientalmente frágiles: Ética, Gobernabilidad y Sustentabilidad en el contexto del cambio climático global

Pablo Martínez Riquelme

El cambio climático global está afectando a diversos ambientes y paisajes naturales del planeta. Dichos cambios están impactando de manera significativa, tanto las tendencias de los turistas por visitar aquellos destinos turísticos que se han visto más impactados por dicho cambio climático como la gobernanza territorial de los espacios turísticos con fragilidad social y ambiental, lo cual requiere una mirada multidisciplinaria que pueda conjugar los lenguajes científicos de las ciencias naturales y sociales. Se sostiene que el turismo se desarrolla en espacios geográficos socio-ambientalmente frágiles, donde la gobernanza territorial se expresa en la articulación de actores sociales que fomentan, por una parte, los impactos negativos de esta actividad en las personas y el medio ambiente y por otra, donde establecen acuerdos o aprendizajes basados en los principios de responsabilidad ética que le permiten revertir dicha situación.

Los objetivos de esta presentación son: a) analizar las relaciones conceptuales entre ética, gobernabilidad territorial y sustentabilidad del turismo en espacios socioambientalmente frágiles. b) presentar una propuesta metodológica para estudiar la gobernanza territorial del turismo en dichos espacios, y c) compartir algunos resultados de investigación, basados en dicha metodología, obtenidos en el marco de proyectos científicos realizados por investigadores del Centro de Investigaciones Territoriales de la Universidad de La Frontera en el sur de Chile.

La propuesta metodológica para estudiar la gobernanza territorial del turismo en espacios socioambientalmente frágiles en el contexto del cambio climático global, se resume en tres etapas: situacional, relacional y gobernanza. Los principales resultados identifican, por una parte, un “desacople” entre los procesos de aprendizaje que los actores desarrollan, con los distintos instrumentos de gestión propuestos por el Estado, en donde los principios éticos se reconocen en la esfera de los discursos de la sustentabilidad. Finalmente, se propone que los principios de responsabilidad ética en la gobernanza territorial del turismo, se fundan en dimensiones reguladoras y autorreguladoras de la acción, lo que cimientan nuevas oportunidades de dialogo entre las éticas aplicadas, el turismo y la geografía, permitiendo incorporar el componente ético y espacial en la gobernanza del territorio, como por ejemplo las cuestiones étnicas, de género, la pobreza, las relaciones de poder, las formas de promoción de los espacios turísticos y los conflictos sociales a partir de la resistencia de agentes sociales a incorporarse a circuitos o flujos de turistas.

El estudio de las ecodinámicas humanas como paradigma aplicado a la investigación arqueológica

Pablo Barrueto Vaquero, David Laguna Palma

Las Ecodinámicas Humanas (EH) representan un nuevo paradigma introducido desde enfoques antropológicos y arqueológicos. El paradigma implica el estudio de las interrelaciones entre humanos y medio ambiente a través del espacio-tiempo, entendiendo el agenciamiento que ambas entidades tienen una sobre la otra. Es decir, el/los sistemas ser humano-naturaleza son su objeto de estudio. Como tal, representa nuevas preguntas y propuestas metodológicas. Por su parte, la investigación arqueológica ha tenido como objeto de análisis el estudio de la materialidad del ser humano en el pasado. Por ende, se ha interesado por el espacio y el territorio que estos han ocupado, desarrollado y vivido. En definitiva, se ha ocupado de entender su “Paisaje”.

Sin embargo, las Ecodinámicas Humanas introducen nuevas perspectivas para entender mejor el paisaje: éste es una construcción no lineal en donde humanos/no-humanos interaccionan a distintos niveles. Es decir, supone una nueva visión para entender el patrimonio arqueológico y natural a través del espacio-tiempo en una mayor complejidad

y totalidad. Esto nos acerca a visiones inter- o transdisciplinares, que nos permiten estudiar e integrar una gran cantidad de información. Precisamente, esto ayuda a abrir nuevos enfoques sobre cómo crear y utilizar datos para englobarlos en estudios más amplios que, a su vez, nos permitan tener un mayor conocimiento del pasado. En este sentido, las ontologías computacionales pueden ser de mucha ayuda, no solo para un reordenamiento de datos de diferente naturaleza, sino para mejorar su conocimiento e implicación. Así pues, EH y ontologías sirven para comprender mejor la complejidad histórico-ontológica cultura/naturaleza/humanos/no-humanos mediante nuevas organizaciones de datasets. Y esto, aplicado a la actualidad, permite mejorar nuestro conocimiento sobre los efectos antrópicos en las dinámicas climáticas.

Consecuencias de la crisis climática para la Arqueología y como la Arqueología puede contribuir a revertirla situación: algunas reflexiones

Mònica Bouso

Ya hace algún tiempo que algunos expertos advirtieron del potencial de la arqueología para ayudar a combatir la emergencia climática. Bajo el lema de aprender de las lecciones del pasado, parece sumamente lógico que la arqueología pueda contribuir al debate para frenar la situación de crisis climática global, por ejemplo, aplicando a nuestro presente respuestas de experiencias pasadas o advirtiendo de posibles consecuencias si no se modifican determinados comportamientos. Aun así, se constata la ausencia de la voz de la arqueología en este debate (Van de Noort 2011).

Lo que se plantea en esta ponencia es, por un lado, ofrecer un panorama de las consecuencias que el cambio climático está teniendo sobre el patrimonio arqueológico a nivel mundial, amenazando la preservación de numerosos yacimientos debido a múltiples causas, como la desertización de determinadas zonas, el aumento del nivel del mar hundiendo otras, o el deshielo sacando a la luz vestigios del pasado, como es el caso de la descongelación de las tumbas de los escitas (kurgan) en el mar Negro que provoca la desintegración de materiales orgánicos preservados bajo el hielo durante siglos.

Por otro lado, se pretende analizar en qué medida y de qué manera la arqueología puede ser útil para ayudar a revertir la situación actual: desde la prevención a la presentación de los yacimientos al público, así como a través de estrategias que aúnen a científicos procedentes de disciplinas tan variadas como botánicos, meteorólogos, arquitectos, restauradores, etc. Es decir, se discutirán diversos aspectos en los que la arqueología puede liderar propuestas de adaptación y resiliencia al impacto negativo del cambio climático, gracias a la perspectiva única que puede aportar dado el estudio que realiza a largo plazo de las reacciones de diversas comunidades en el pasado, en lugares bien distintos del planeta, ante amenazas similares.

13ª sessão A - Arqueologia Experimental: uma prática heurística, analítica e sócio educativa.

Sala B5 (Biblioteca – FL-UL) 11:45 – 13:30

Coordenação.: Pedro Cura, Sara Cura e Andrea Martins

Arqueologia experimental aplicada à divulgação arqueológica

Pedro Cura

Heurísko, Téckne, Analytica: conceitos filosóficos de Arqueologia Experimental? Uma tentativa de reflexão

Sara Cura

Pensamos que a Arqueologia Experimental tem sido percepcionada sobretudo como uma prática auxiliar, porém, na sua aplicação estão implicados conceitos teóricos que vale a pena discutir com vista à robustez desta forma de investigação na Arqueologia Pré-Histórica. A arqueologia experimental tem uma componente fortíssima de capacidade heurística. A sua prática é uma descoberta e invenção constante em cujo processo a experiência e o conhecimento tácito são fundamentais. Fazer arqueologia experimental é também uma Téckne, na sua raiz arte, é um campo onde a técnica tem primazia. Porém, nem só de conceitos subjectivos se faz arqueologia experimental. Por vezes a dimensão analítica impõe, sendo até substituído o ou a experimentadora por máquinas que asseguram a neutralidade e não contaminação heurística dos resultados. Serão conceitos inconciliáveis numa disciplina que cada vez ganha mais espaço no âmbito das pesquisas em Pré-História? Esta apresentação não o pretende ser, pretende antes ser mote para uma discussão e reflexão.

Manual and mechanic experimentation: what criteria?

Telmo Pereira, Ana Abrunhosa, João Marreiros e Eduardo Paixão

A arqueologia experimental tem sido amplamente utilizada para entender as atividades humanas do passado e foi particularmente importante para o estudo dos desenvolvimentos na tecnologia lítica através do tempo e dos territórios. A replicação das atividades humanas através do desenvolvimento de metodologias experimentais, adaptadas de forma a responder às questões levantadas em cada contexto, permitiu compreender aspectos como as adaptações necessárias às matérias-primas e o desenvolvimento dos tecnocomplexos.

Os avanços na engenharia de software e, mais recentemente, na IA permitiram o desenvolvimento de dispositivos mecânicos para arqueologia experimental. (Até agora) as experiências mecânicas não imitam a atividade humana nem o pretendem fazer. Por outro lado, ao se introduzir novas variáveis quantificáveis e controladas e ao removerem-se outras relacionadas com a subjetividade humana, permitem a análise de características presentes nas matérias-primas que não são normalmente testáveis ou medidas durante o processo de talhe e respectivo uso.

Embora os critérios de registro de dados de um processo experimental sejam definidos pelos objetivos de cada projeto de investigação, existem dois tipos diferentes de dados: quantitativos e qualitativos. Esta apresentação tem como objetivo apresentar e discutir a importância da replicação, dos problemas relacionados a variáveis não controladas, da medição de parâmetros subjetivos / qualitativos e também de parâmetros objetivos / quantitativos em estudos focados nas matérias-primas líticas.

La Arqueología experimental y su enfoque práctico en la Educación Patrimonial

Maria Pilar Molina Torres

La práctica educativa y experimental de la arqueología en las aulas de Educación Secundaria dependen, esencialmente, de las herramientas didácticas que se implementen durante el proceso práctico de enseñanza-aprendizaje. Un amplio manejo de las estrategias educativas permite resolver problemáticas reales y un enfoque investigativo en la enseñanza del alumnado. En este trabajo se han analizado las competencias históricas de los estudiantes del primer curso de Educación Secundaria Obligatoria en relación con el patrimonio arqueológico. El método de trabajo se adecuó a la dinámica de equipos de investigación con el fin de potenciar las habilidades investigativas de los alumnos. La muestra de estudio comprende 128 alumnos de cuatro grupos distintos que cursaron la asignatura de

Ciencias Sociales, Geografía e Historia. Para la recogida de datos se utilizó un cuestionario cuantitativo con doce ítems y dos respuestas abiertas, para valorar las destrezas en la interpretación del pasado y aprender a reconocer diferentes acontecimientos históricos. Los resultados muestran el interés del alumnado por conocer los métodos de trabajo arqueológicos y adquirir los conocimientos suficientes para su formación pedagógica. En conclusión, las percepciones de los estudiantes se inclinaron positivamente para formarse durante sus estudios obligatorios en la disciplina arqueológica.

Da Pedra ao Artefacto, da Execução à Demonstração: os cilíndricos de calcário de Vila Nova de São Pedro

Andrea Martins, Pedro Cura, César Neves, Mariana Diniz e José Arnaud

No âmbito do projecto “Vila Nova de São Pedro, de novo, no 3º milénio – VNSP3000”, tem sido desenvolvido um programa de arqueologia experimental, tendo por base materiais arqueológicos recolhidos neste icónico povoado calcolítico da Estremadura Portuguesa. O objectivo é tentar compreender as cadeias operatórias, matéria-prima e possível gestualidade que levaram à execução de determinados artefactos.

Nesta comunicação, apresentaremos as primeiras propostas de abordagens à execução dos denominados “ídolos cilíndricos” – artefactos feitos principalmente de calcário, de formato cilíndrico, que podem ter decoração incisa. Estes objectos, de funcionalidade não definida, foram caracterizados como de “ídolos”, adquirindo uma função simbólica, também devido à sua maioritária presença em numerosos contextos funerários. O programa de experimentação desenvolvido contemplou, numa primeira fase, a selecção da matéria-prima de cariz local, seguida da produção de réplicas através do abrasionamento dos suportes em diferentes tipos de dormentes (em granito e arenito), finalizando com a execução dos motivos decorativos incisos, recorrendo a instrumentos de natureza distinta (utensílios em sílex e em cobre).

Além do carácter científico e de investigação arqueológica associados a este programa de experimentação, os dados recolhidos e as práticas apreendidas foram, posteriormente, aplicados em outros campos de trabalho integrados no projecto VNSP3000, nomeadamente os de Educação Patrimonial e de Arqueologia Pública, através da realização de um Workshop realizado no Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa, Portugal), estritamente direcionado para estes elementos da cultura material das comunidades calcolíticas.

13ª sessão B - Creatividad y Arqueología. ¿Cómo emergen los yacimientos arqueológicos en las relaciones entre arqueólogos y materiales?

Sala B5 (Biblioteca – FL-UL) 14:30 – 15:00

Coordenação: José Antonio Mármol Martínez

Eu, Eu mesma e A Arqueología: Narrativa Alternativa como Ferramenta para o Discurso Arqueológico

Layra Blenda Oliveira de Jesus

Porque o científico não pode ser entretido, divertido? Em cada objeto, em cada sítio, existem imensas potencialidades de serem contadas histórias.
(ANDRÉS ZARANKIN, TAAS Equador,2018).

É partindo da premissa dos aspectos da vivência e experiência com o artefacto, aliado a concepção de que a Arqueología é uma fonte infindável de imaginação, na qual personagens e objectos ganham vida por meio de histórias e discursos criados, que, trago,

nesse simpósio, a minha própria experiência com meus objectos de trabalho, no decorrer de duas produções académicas, por meio da construção da narrativa imaginativa. Isso ocorre quando o arqueólogo decide se tornar “ser humano novamente”, e opta por parar de limitar o seu discurso “respeitável aos tradicionais parâmetros da Arqueologia”, trazendo a relação emocional entre ele mesmo (arqueólogo) com seu objeto de estudo, e o resultado desse relacionamento, que sempre existe, mas que é omitido nas narrativas científicas. Como coloca Zarankin (2015) “at some point, we realized we were creating a new group of people “without history” (sensu Wolf 1982): “us” (the archaeologists)”. Nós mesmos estamos ficando sem história e deixando de lado o uso de adjetivos e emoções, assumindo uma posição de seres desencarnados, dificilmente afectados pelo mundo circundante, e produzindo, desta forma, discursos restritivos, objectivos, que evitam a exposição e a vulnerabilidade em frente aos outros (Krieger 1944; Schmitz et. al. 1991; Schobinger 1973).

¿Una tumba sirve para recordar... o para olvidar?

José Ant. Mármol Martínez

Comúnmente pensamos en las tumbas como espacios en los cuales se depositan, movilizando recursos materiales, corporales o sociales (por ejemplo), los restos de un difunto. Su significancia, junto a la presencia de objetos bellos y únicos que se conservan presuntamente incorruptibles en su interior, ha llevado a considerar que una tumba se construye para recordar a una persona, lo que ésta consiguió, o lo que una sociedad fue capaz de hacer. Esta interpretación es común en arqueología y está reforzada por ejemplos antropológicos (como el de llevar flores al cementerio para recordar a un fallecido). ¿Pero esto es congruente con lo que los arqueólogos encuentran al lidiar con una tumba enterrada? ¿qué importancia tiene el proceso de transformación que la acaba modificando hasta hacerla irreconocible, olvidada? ¿forma parte de su diseño o es algo inesperado? Para afrontar estas preguntas, en esta comunicación se sugiere la idea de que crear una tumba sirve para ‘olvidar’, en lugar de ‘recordar’, aquello que se entierra. Para ello se parte de una línea teórica que reintroduce lo orgánico en la comprensión de lo material, ausente en el modelo simétrico (popular en el ‘giro ontológico’), y que reflexiona sobre el papel de las dicotomías como la de sólidos y líquidos. A través del ejemplo de la superficie excavada de un yacimiento, del muro de un horno decimonónico, y de una tumba prehistórica megalítica, se busca realizar un gesto poético para tratar de entender si las tumbas sirven para recordar lo que una vez estuvo vivo, o si por el contrario sirven para dejar seguir viviendo -lo que para el pensamiento moderno hegemónico significa ‘olvidar’. Este tipo de reflexiones sirven para discutir sobre cómo el ser humano habita el mundo material y para comprender cómo se concibieron, construyeron e investigan los yacimientos arqueológicos en general.

14ª sessão - “De curvas é feito todo o Universo...”: ortogonalidade e circularidade nos grupos humanos da Pré-História Recente Peninsular

Sala B5 (Biblioteca – FL-UL) 15:00 – 16:30

Coordenação: Ana Catarina Basílio

Curva, Arquitectura e Tempo nos recintos lobulares do Calcolítico alentejano

António Carlos Valera

São inúmeras as evidências e as sugestões de que a cosmovisão neolítica assentava na ciclicidade e na repetição. A percepção de um eterno retorno, tão eloquentemente descrita por Eliade para sociedades pré-modernas, parece ajustar-se bem ao mundo

neolítico ibérico, funcionando como proposta heurística para abordar este quadro cognitivo nas suas noções de tempo, espaço e causalidade.

Se a Arquitectura organiza o espaço, ela também expressa tempo. Durante o Neolítico e Calcolítico peninsulares, a concepção cíclica do tempo, que parece exprimir-se periodicamente através de construções e práticas repetitivas associadas, caracteriza-se por um privilégio das arquitecturas à base da curva.

Assim, nesta comunicação explorar-se-á a potencialidade heurística da utilização da curva na Arquitectura como forma de incorporação de princípios cosmológicos nas edificações e na vivência de espaços edificados, utilizando como base empírica os recintos de fossos lobulados padronizados do Calcolítico da bacia portuguesa do médio Guadiana.

Sobre as aldeias circulares e a ideia do dualismo estrutural: uma releitura de Claude Lévi-Strauss

Filomena Silvano

Na obra de Lévi-Strauss é possível encontrar alguns textos em que o espaço aparece como um objecto central. No seguimento das propostas de Durkheim, o autor trabalha o espaço na sua dupla realidade: material e de representação. Associa-o à organização social do grupo e, por essa via, à problemática das identidades colectivas, dando consistência a uma linha de trabalho que se tornou central, senão mesmo fundadora, para a Antropologia do Espaço.

Em *Tristes Tropiques* (1955), Lévi-Strauss descreveu uma aldeia Bororo, fazendo corresponder a sua estrutura física (complexa, mas baseada numa primeira oposição definida por um diâmetro que, no círculo que constitui o todo, separa as suas duas metades) à estrutura dualista da sociedade em questão, também ela complexa, mas numa primeira abordagem dividida em duas metades exogâmicas.

As relações descritas entre as formas de organização física das aldeias e as estruturas sociais e simbólicas dos grupos estudados justificam que se afirme que existe um laço indissociável entre a estrutura do espaço e as identidades colectivas. Segundo Lévi-Strauss, os missionários Salesianos utilizaram esse saber de uma forma pragmática : para obterem a conversão dos Índios, começavam por lhes destruir a organização espacial das aldeias. Acabavam frequentemente por conseguir mais do que isso. Destruíam o “espelho” que lhes permitia, apesar das imagens deformadas, olharem-se na sua própria cultura, e conduziam-nos por isso a processos violentos de perda da identidade.

Direito por Linhas Tortas: pensar a Arquitectura do IIIº milénio aC do Sul de Portugal

Rui Mataloto

A arquitectura conhecerá, ao longo do IIIº milénio aC, processos de transformação bastante vincados, com o desenvolvimento de técnicas construtivas que vão modelando as realidades habitadas. A conceptualização circular do espaço, mimetizando uma visão cosmogónica, parece dominar as edificações até aos inícios do IIIº milénio aC no Sul do actual território português. Os espaços habitacionais, ceremoniais e funerários são delimitados por estruturas com planta de base circular, mesmo que incluam áreas poligonais. Todavia, a emergência das estruturas de fortificação, levantadas em pedra, vêm romper com o aspecto monolítico desta conceptualização do espaço, introduzindo espaços angulares, cuja edificação e manutenção é ainda mais complexa que a construção circular.

A verdadeira “petrificação” das edificações e o sentido de perenidade que introduzem terá tido reflexos efectivos sobre a cosmovisão e Identidade destas comunidades. Pretende-se então discorrer sobre como a Arquitectura terá reflectido as transformações ocorridas ao longo do IIIº milénio aC na conceptualização do Espaço habitado e na construção de Paisagens.

15ª sessão - Tradições orais e vestígios arqueológicos

Sala B5 (Biblioteca – FL-UL) 16:45 – 18:00

Coordenação: Alexandra Vieira e Lois Ladra

Nesta mesa-redonda procura-se analisar um conjunto heterogéneo e diversificado de relações sistematicamente existentes entre determinados vestígios arqueológicos e as tradições orais do património imaterial a eles associadas. Estas manifestações simbólicas foram surgindo, ou sendo criadas, ao longo dos tempos, pelas diferentes comunidades locais como forma de interpretação ou explicação dessas materialidades pré-existentes.

Mitos, lendas, etno-narrativas, crenças, práticas rituais e outros tipos de manifestações imateriais locais oferecem explicações muito mais cercanas aos próprios sítios e vestígios arqueológicos, constituindo um verdadeiro corpus de conhecimentos alternativos, sempre dotados de uma grande coerência no âmbito da racionalidade camponesa e claramente afastados dos saberes científicos academicamente estabelecidos.

Entre os principais objectivos desta sessão estará o de facilitar o debate e o intercâmbio de ideias relativas à (in)compatibilidade ou complementaridade dos saberes académicos e camponeses, assim como a análise das chaves ontológicas, funcionais, espaciais e temporais de certos tipos de sítios que materializam a diacronia das suas eventuais ocupações e a alteridade dos seus (supostos) protagonistas.

- Arte rupestre, imaginação e memória. Uma abordagem à topologia simbólica das paisagens sígnicas do Noroeste português. Lara Bacelar.
- A linguagem da cerâmica paulista. Marianne Sallum e Francisco Noelli.
- Projeção de Documentário. Miguel Lago.

16ª sessão - Periferias e Fronteiras: perspectivas arqueológicas

Sala B5 (Biblioteca – FL-UL) 18:00 – 19:15

Coordenação: Tiago Ramos, João G. Araújo, Pedro Albuquerque e Francisco J. García Fernández

Um rio que separa e une: o Guadiana como fronteira líquida

Pedro Albuquerque e Francisco J. García Fernández

O objectivo desta comunicação é discutir os conceitos de "fronteira" e "fronteira líquida", aplicando-os ao estudo do Guadiana. Este rio separa, em parte do seu troço, dois países (entre a foz e Pomarão/ Cañaveral). O interesse do seu estudo é o facto de ser uma das mais antigas e estáveis fronteiras da Europa. Esta condição projecta-se numa paisagem humana singular que pode ser caracterizada e estudada do ponto de vista histórico e arqueológico. Uma das suas principais características é o uso do rio como um espaço de cumplicidades e contactos. Isto significa que o rio pode ser visto e estudado como uma "fronteira líquida", mais do que como uma barreira para a interacção humana.

El Guadiana y la frontera hispano-lusa: miradas compartidas después de Schengen (1991 – 2010)

Pedro Albuquerque, Francisco J. García Fernández, Cristina Barragán, Pedro Martínez e Amada Tirado

En el presente trabajo se analizan las principales publicaciones científicas relativas al estudio del patrimonio histórico y arqueológico en el Bajo Guadiana entre dos eventos políticos: la firma del Acuerdo de Schengen en 1991 y la creación de la Euro-región Alentejo – Algarve – Andalucía en 2010. Se discuten también las iniciativas culturales desarrolladas en este periodo con el objetivo de caracterizar y presentar un balance del interés científico de estos territorios en el contexto geopolítico actual.

Paisajes fortificados y patrimonios cambiantes en la Raya

María López Gómez

El objetivo de este trabajo es analizar las fortificaciones construidas a lo largo del valle del Guadiana (la Raya), así como su importancia histórica, su relevancia para la configuración del paisaje humano de frontera, así como su valor como Patrimonio Cultural y potencial recurso turístico. Se discute igualmente el concepto de “patrimonio cambiante”.

Unir e separar: a “interface fenícia” e as redes sociopolíticas “orientalizantes” no Sul do actual território português

Francisco B. Gomes

Os processos de interacção entre as comunidades locais do Sudoeste Peninsular e as populações procedentes do Mediterrâneo Oriental que frequentaram a região e aqui se instalaram a partir de inícios do I milénio a.n.e. foi geralmente concebida e entendida como um processo essencialmente dialéctico, tendendo os modelos explicativos tradicionais a enfatizar a oposição mais ou menos linear entre o endógeno e o exógeno, o indígena e o fenício.

No entanto, a crescente base de dados disponível e sobretudo a introdução de novas perspectivas teóricas e metodológicas, com a irrupção dos modelos conceptuais pós-coloniais à cabeça, vieram questionar a operatividade desses modelos, colocando uma ênfase renovada na diversidade das situações de encontro, no papel activo das populações locais nos processos de interacção e no carácter bidirecional dessa interacção.

Se é certo que esta visão renovada teve como consequência um esbater das fronteiras conceptuais anteriormente consideradas infranqueáveis entre o local e o exógeno, parece hoje evidente que a presença fenícia criou também, no Sudoeste peninsular, umas condições particulares para a expressão cultural de afinidades e diferenças entre os distintos grupos locais.

A presente contribuição visa analisar esse papel da presença fenícia através de uma aplicação crítica do conceito de “interface” (sensu Hookway), propondo nomeadamente a existência de uma “interface fenícia” que actua como conector entre redes sociopolíticas de escala local-regional, conectando-as não só aos centros (ou nodos) fenícios mas também entre si, oferecendo os recursos discursivos para a construção de uma linguagem de identidade e representação comum mas criando também, em simultâneo, as condições para a construção da diferença.

Pretende-se assim contribuir para a construção de modelos críticos que permitam compreender de forma mais aprofundada as regularidades e especificidades do registo arqueológico e repensar o verdadeiro significado das fronteiras culturais tradicionalmente traçadas a partir desse registo.

A materialização da Periferia em dois espaços geográficos distintos: Beira Interior e Arquipélago dos Açores

Tiago Ramos e João G. Araújo

Regiões periféricas tendem a criar processos autónomos, adaptativos e/ou distintos dos registados em regiões de maior centralidade. Esses processos podem ser de difícil identificação no registo arqueológico se a metodologia adotada não tiver em conta as especificidades do território e do(s) período(s) cronológico(s) em questão. A abordagem a uma região periférica exige uma análise macro e micro espacial, contemplando aspectos como dispersão do povoamento, traços urbanísticos e materialidade arqueológica. Este fenómeno é possível de rastrear ao longo do tempo e em espaços geográficos distintos. A condição de periferia transmuta-se ao longo dos sucessivos períodos cronológicos, estando dependente de variáveis políticas, sociais, económicas, culturais e ecológicas.

A Beira Interior e o Arquipélago dos Açores assumem-se como duas regiões que pouco ou nada têm em comum, excetuando o carimbo de periferia, ou ultraperiferia, muito em voga nos dias que correm. Terão sido, estas, sempre regiões periféricas num contexto nacional? E no seio das próprias regiões, será possível identificar periferias, e centros, dentro da periferia?

Por serem territórios praticamente nos antípodas um do outro, assumimos ser pertinente tentar registar padrões comuns nas relações duais entre centro e periferia, entre uma região, interior e montanhosa, e outra, insular e isolada.

Sábado, 15 de Fevereiro

Museu Arqueológico do Carmo

17ª sessão - Arqueología y transformación social. Experiencias de acción directa, evaluación de resultados y aprendizajes

Museu Arqueológico do Carmo 9:00 – 11:00

Coordenação: Ángel Astorqui

Esta Mesa Redonda supone una continuación y desarrollo de la Mesa MIDIENDO LA TRANSFORMACIÓN SOCIAL DE LA ARQUEOLOGÍA PÚBLICA, del TAG Ibérico 2018, siendo el objetivo principal el generar debate y reflexión de los aspectos teóricos inherentes a la Arqueología Pública y poner de relevancia la importancia y necesidad de definir y medir los impactos sociales, políticos, económicos, educativos del desarrollo de nuestra profesión.

Como introducción se debatirán tres aspectos fundamentales: Cultura y Arqueología Pública, Transformación social de la Arqueología y el Patrimonio Cultural como Bien Común.

Para ello se partirá definiendo lo que es Cultura y se expondrá el conjunto de derechos individuales que la conforman, (derechos de crear, producir, disfrutar y gestionar), analizando la Cultura en su vertiente pública y privada frente a la Cultura Común. Así se reflexionará sobre el término Bien Común como derecho colectivo, que no se legitima desde lo jurídico (Estado), sino desde lo social (la Comunidad). Se debatirá sobre donde convergen estos derechos en el caso de la Arqueología Pública, definiendo lo que es y lo que no es AP, y el posicionamiento de ésta entre el Estado y la Sociedad Civil.

Después preguntaremos sobre la transformación social de la Arqueología: ¿realizar una actividad económica implica retorno social? ¿es una opción o una obligación?. Se expondrán ejemplos (reivindicaciones sociales, feminismo, retorno económico local, políticas culturales, etc.) a debatir en ambos sentidos.

Continuaremos exponiendo el Patrimonio Cultural como Bien Común y como “espacio” de entendimiento y encuentro entre Estado-Arqueólogo@s-Sociedad Civil, donde cada actor se (re)conoce así mismo y al otro. Se hablará de la necesidad de establecer indicadores que midan este escenario.

Los números hay que contextualizarlos, implementar lo cualitativo, para que nos permitan proponer medidas de mejora en la socialización del Patrimonio Cultural, pero también pueden ayudar a la toma de decisiones internas (gestión) y externas (políticas culturales), cerrando el círculo.

Finalmente como “lo que no se mide no se gestiona”, trataremos de conocer cómo se pueden medir los impactos sociales, económicos y políticos desde la AP.

Participação de Ángel Astorqui, Alicia Castillo, Lourdes López, Margarita Sánchez Romero, Hugo Ávalos, Jaime Almansa, Francisco Machuca Prieto, Millán Mozota e Juan Pablo López García

18ª sessão - ¿Hablamos de ontografía? Ensayando sistemas de representación en arqueología

Museu Arqueológico do Carmo 11:15 – 13:15

Coordenação: Cristina Tejedor-Rodríguez, María Masaguer e David Barreiro

Lugares que explotan: representando procesos de desensamblaje

David Barreiro

Tanto si entendemos los lugares como ensamblajes socio-materiales (Latour), como si los concebimos como entrecruzamiento de trayectorias espacio-temporales (Massey), representarlos en tanto entidades en constante transformación es todo un desafío. La genealogía de los lugares es un proceso que no se detiene.

Quizás una forma de abordar la cuestión sea a la inversa: intentando representar los lugares a partir de su desaparición. Bien como procesos de desensamblaje, en los que los distintos componentes de un lugar dejan de serlo, o bien como desanudamiento de trayectorias.

El recurso a cualquier concepto-metáfora (nudo, ensamblaje y desensamblaje, desanudamiento) es inevitable, pero quizás acudir a la ontografía, a la forma de representar estos procesos, sea una buena forma de intentar entenderlos.

Para intentar captar la complejidad de estos procesos vamos a recurrir a un caso de estudio sencillo, pero elocuente, hasta donde sea posible.

La casa del pueblo: 1622-2019

Jorge Bermejo-Pascual

Esto va de esos objetos que no son nuestros, aquellos con los que no construimos una relación propia desde cero y por voluntad propia. Reflexionamos sobre aquello que nos viene dado, sobre las materialidades que para alguien (que no somos nosotros) tuvieron un sentido en su día a día. Hablamos de pueblos enteros, casas, tierras, pajares, pero también de muebles, joyas, utensilios, saberes, tecnologías...

Esto va de contar un dibujo, de por qué fue necesario ordenar objetos e historias apoyándose en una línea de tiempo, una estrategia, mi estrategia para entender las transformaciones y los cambios de una casa familiar.

Un formato que permite preguntarse cosas y entrelazar información, relatos e historias que, de entrada, están inconexas y sin relacionar. Un formato que reconstruye, ordena y nos vincula con un pasado que no nos es propio, pero que, de alguna manera, nos define y nos construye.

Hacia una conceptualización y representación visual estratigráfica desacoplada: el megalitismo como caso de estudio

Patricia Martín-Rodilla, Cristina Tejedor-Rodríguez e María Masaguer

La información estratigráfica representa una de las fuentes base sobre la que se apoyan inferencias posteriores y sobre la que se genera parte del conocimiento arqueológico. Durante años, los conceptos y la metodología de representación usados para trabajar con información estratigráfica han sentado ciertas bases conceptuales, que han ido evolucionando hacia las prácticas en manejo de información estratigráfica actuales. En

trabajos anteriores se han realizado análisis profundos de dichos enfoques conceptuales y sus correspondientes representaciones visuales en diferentes soportes y formatos: más cercanos a bocetos y dibujos, representaciones 2d y 3d, etc.

La irrupción de tecnologías y aplicaciones software que asisten al arqueólogo en la conceptualización, manejo y representación visual de la información estratigráfica nos permitió realizar un recorrido por dichas aproximaciones, detectando que la mayoría de los enfoques mantenían un acoplamiento conceptual y visual entre los aspectos materiales (es decir, cómo están dispuestos físicamente los estratos) y los resultados de las interpretaciones basadas en los mismos (es decir, las inferencias acerca de funcionalidad o cronología basadas en ellos). Este acoplamiento puede crear ciertas ambigüedades y conflictos durante el análisis de la información estratigráfica.

Intentando paliar algunas de estas ambigüedades, durante estos años se ha ensayado, con diferentes casos de estudio, una propuesta de conceptualización y visualización que desgrana ambas facetas de la información estratigráfica (la material y la interpretativa), permitiendo una documentación, procesamiento y visualización de la información estratigráfica más minuciosa, que diferencia entre la faceta material y los aspectos interpretativos.

Presentamos aquí algunos resultados de estos casos de estudio, centrados fundamentalmente en la validación de la propuesta y sus beneficios para la representación de información estratigráfica en contextos megalíticos complejos.

Esbozando biografías megalíticas: ensayo de representación de distintas materialidades y sus temporalidades en un mismo espacio

Cristina Tejedor-Rodríguez e María Masaguer

La imagen tradicional del Megalitismo como un fenómeno unilineal y progresivo es la que se transmite y se sigue transmitiendo en la mayor parte de representaciones gráficas, ya sea en modelos ideales generales o a escala de un yacimiento.

En los últimos años, su estudio desde un enfoque biográfico muestra estos lugares como espacios con una compleja trayectoria, en los que la emulación de determinadas prácticas rito-funerarias a lo largo de generaciones ha proyectado una imagen de aparente continuidad en el registro arqueológico que, en realidad, oculta cambios significativos en las formas de vida de sus usuarios. La actividad megalítica se presenta, por tanto, como una realidad polivalente y diversa, en la que, en un mismo tiempo y lugar, llegan a convivir distintas facetas materiales e inmateriales, con temporalidades y duraciones no siempre simétricas, que pueden ser reflejo de diferentes pautas de comportamiento y tendencias sociales.

Pese a este avance en relación al conocimiento de los datos e interpretación del fenómeno megalítico, las representaciones gráficas del mismo prácticamente no han cambiado nada, limitándose a secuencias crono-tipológicas, ilustraciones de escenas concretas o montajes de distintas fases constructivas. Siendo en todos los casos recursos gráficos y de visualización muy útiles, la información que se obtiene de ellos es limitada puesto que, o bien abordan el proceso de una materialidad concreta (arquitectura, cultura material...), o bien presentan la foto fija del megalito en un momento específico de su biografía.

Por ello, en esta presentación, nos planteamos el reto de representar gráficamente nuestro concepto de biografía megalítica, mediante un experimento que combina dibujo, líneas temporales, ilustración y texto, con el objeto de aportar una nueva idea visual que contribuya a ir transformando la imagen lineal, progresiva e uniforme que aún a día de hoy se tiene del Megalitismo.

La experiencia de realidad virtual (RV) en Arqueología: cómo nuestra relación con los mundos virtuales construye memoria del Pasado

Pablo Aparicio-Resco

En la actualidad, la realidad virtual (RV) se está convirtiendo en uno de los medios más interesantes y solicitados para permitirnos conectar con el Pasado. No se ocupa sólo de crear en nuestras mentes imágenes pasivas de las sociedades que nos precedieron, sino que nos permite establecer una relación bidireccional con contextos del Pasado. Ahora bien, estos contextos han sido creados por profesionales –arqueólogos o no– y en su mano está que la vivencia del Pasado sea verdaderamente provechosa, acertada y satisfactoria. En ello influyen multitud de factores: la narrativa de las experiencias es uno de los más importantes, pero también la propia evolución y estabilidad de la tecnología de realidad virtual y el vínculo psicológico que se establece entre el usuario y el contexto virtual, que es el que de verdad permite construir la realidad del pasado en nuestras mentes. En este trabajo proponemos analizar el estado de la realidad virtual como tecnología viable para relacionarnos con el pasado y su capacidad para crear una “experiencia”, más que una imagen, del mismo en nuestra memoria.

La representación gráfica histórico-arqueológica frente a los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) del horizonte 2030 de la UNESCO

Juan Diego Carmona-Barrero

Los diferentes sistemas de representación gráfica en los campos de la arqueología y la historia, tanto tradicionales como fruto de las nuevas tecnologías, se consolidan como ilustración científica. Asimismo, entendemos que la difusión mediante estos medios gráficos es un paso más en el cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) propuestos por la UNESCO para el horizonte 2030. A lo largo de nuestra comunicación analizaremos aquellos criterios que nos hacen entender estas formas de representación gráfica como ilustración científica y en qué aspectos se cumplen algunos ODS.

19ª sessão - O nome das coisas: Interoperabilidade e gestão de informação na Arqueologia portuguesa

Museu Arqueológico do Carmo 15:00 – 16:45

Coordenação: Maria José de Almeida e Jorge Raposo

Desde o início da afirmação da disciplina, no séc. XIX, a atividade arqueológica é responsável pela produção de um significativo conjunto de dados, que têm servido de base documental para a construção do discurso histórico sobre o território português. A profunda transformação do exercício da arqueologia em Portugal operada nas últimas décadas implicou um crescimento exponencial da massa de informação produzida por trabalhos arqueológicos.

Esta tendência de crescimento na produção de dados, sejam materializados no espólio recolhido ou na documentação dos trabalhos realizados, não tem sido acompanhada por uma reflexão teórica sobre a forma como é registada, preservada e difundida essa informação. A gestão de informação é casuística e determinada pelos objetivos imediatos dos projetos que a geram, comprometendo muitas vezes a reutilização dos dados para além do seu contexto original.

Os principais objetivos desta mesa-redonda são debater a forma como estamos a recolher e gerir informação arqueológica em Portugal, e refletir sobre a possibilidade de melhorar as práticas correntes no sentido do cumprimento dos princípios FAIR (findability, accessibility, interoperability, and reusability).

Serão convidados a integrar o painel da mesa-redonda arqueólogos que possam partilhar experiências de boas práticas neste âmbito, mas também profissionais de outras áreas que tragam exemplos na gestão de informação e contribuam para o enriquecimento multidisciplinar da discussão. Das intervenções dos convidados e do debate subsequente, espera-se poder surgir a massa crítica necessária à prossecução de uma reflexão que conduza à futura construção de recomendações de boas práticas de interoperabilidade e gestão de informação na comunidade de prática arqueológica portuguesa.

- Título a anunciar (Vera Moitinho de Almeida)
- Projetos arqueológicos no âmbito da administração local (Carlos Carpetudo)
- Exercício de Arqueologia de contrato (João Caninas)
- Gestão de informação arqueológica de âmbito nacional e regional (Maria Catarina Coelho)
- FAIR Data e comunicação de ciência (Maria Manuel Borges)

20ª sessão - Arqueologia Pública e as Convenções de La Valletta e de Faro

Museu Arqueológico do Carmo 17:00 – 19:00

Coordenação: João Marques e Leonor Medeiros

Arqueologia Pública e as Convenções de La Valletta e de Faro

João Marques e Leonor Medeiros

Enquadramento dos principais objectivos da sessão/colóquio, que foi organizada em torno de vários projectos culturais que apontam para uma prática que aplica os princípios de uma arqueologia participada e colaborativa.

O envolvimento dos cidadãos em projectos de arqueologia pública trata-se de uma questão fulcral tendo em vista os objectivos das Convenções de La Valletta e de Faro.

Procurar-se-á assim, conhecer o impacto global destes projectos culturais, os seus modelos de participação, o grau de envolvimento dos cidadãos, e ainda avaliar a real partilha de poder e de decisão sobre os bens arqueológicos e a sua valorização.

Mértola: 40 anos de castelo, Arqueologia e ... sonhos

Cláudio Torres, Susana Gómez Martínez, Virgílio Lopes, Maria de Fátima Palma e Miguel Reimão

Há 40 anos Cláudio TORRES publicava o primeiro desiderato sobre o que depois veio ser conhecido como o projeto Mértola Vila Museu bastante antes das Convenções de La Valletta e Faro. Ao longo destas quatro décadas algumas das propostas que pareciam, na altura, sonhos foram tomando corpo, mas outras continuaram inalcançáveis e novas utopias apareceram no horizonte. O projeto sempre teve a suficiente flexibilidade para sobreviver e reinventar-se enfrentando um dos mais difíceis desafios: a continuidade.

Arqueologia das cidades de Beja: Um projecto onde a cidade se encontra com os cidadãos

Maria da Conceição Lopes

De acordo com o espírito das convenções europeias para a salvaguarda, promoção e valorização social do património arqueológico, com os princípios e valores sociais colaborativos preconizados pela prática da ciência cidadã e os objetivos definidos pela Arqueologia social inclusiva, o projeto Arqueologia das cidades de Beja: onde a cidade se encontra com os cidadãos desenvolveu uma metodologia de abordagem do processo arqueológico que comporta um conjunto de atividades conexas que convocaram e envolveram a comunidade e as instituições locais. A coletivização e a amplificação de conteúdos do trabalho arqueológico reproduzem o forte empenhamento na promoção da cidade e da região com base no seu património ancestral, em ordem a contribuir para a criação de políticas de sustentabilidade que contribuíssem para a reabilitação urbana, para a fixação de pessoas, a vinda de jovens e a melhoria da qualidade de vida da população envelhecida da cidade.

A fábrica urbana, que actua numa cidade cuja dinâmica de construção apresenta um percurso definidor da forma da cidade e da matriz da sociedade que actualmente habita a cidade/paisagem histórica urbana de Beja, desencadeou uma prática arqueológica que se assumiu como um processo científico experimentado e permutado entre especialistas académicos e comunidade, promovendo um profícuo desafio à criação dos mecanismos de alicerçamento do conhecimento e do património como alavancas do desenvolvimento local e regional.

As exposições urbanas Museu Vivo , na sua dimensão curadoria comunitária e colectiva, surgem como a fresta mais escancarada da expressão desse processo cuja escala de sucesso se traduz na participação entusiasta da cidade e na procura que dela fizeram os de fora vieram para a visitar e a medida de eficácia se observa no grau de adesão dos poderes políticos locais, cuja capacidade de desenvolvimento ou entrave é efectiva.

Invocar a experiência de Beja e debater a sua pertinência, constitui, no quadro das políticas actuais do património, um novo estímulo à defesa do Património como uma herança colectiva com potencial inclusivo e de estímulo ao desenvolvimento e à coesão social e à afirmação da ciência cidadã como um direito público das sociedades democráticas.

Como conciliar as pretensões teóricas com a realidade prática da pessoa comum?

Pedro Sobral Carvalho

Como todos sabemos, o mais difícil nem sempre é a recuperação ou valorização de um elemento patrimonial arqueológico. O difícil é, sem dúvida, mostrar ao público, às pessoas em geral, como é que esse investimento pode ajudar no desenvolvimento económico e social. Como pode ajudá-lo a ele, transeunte e contribuinte, em particular. Sentimos que, de uma forma geral, existe uma abertura mais explícita seja pelo poder político, seja pela pessoa comum, para aceitar os valores patrimoniais como essenciais para o desenvolvimento. Mas, existe ainda um longo e penoso caminho para fazer. A responsabilidade é de todos os que trabalham em património. Em instituições públicas ou privadas, todos têm que ter em mente que trabalham para o bem comum e não para o enriquecimento do seu percurso académico ou científico. Nesta comunicação irão ser apresentados casos de estudo de monumentos e sítios em distintas fases de valorização e como a sociedade tem interagido com esses projetos.

Exemplos de integração da comunidade local na actividade arqueológica na CIM da Beira Baixa

João Caninas

Apresentam-se alguns casos de envolvimento de comunidades locais na investigação e na salvaguarda do património arqueológico em municípios de actual Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

O Património Arqueológico para quê e para quem?

Filipa Neto e Catarina Costeira

A actividade arqueológica em Portugal transformou-se profundamente nas últimas décadas, verificando-se o aumento e diversificação dos profissionais e entidades envolvidas, o crescimento dos projetos e trabalhos realizados e consequentemente da informação produzida. Em termos económicos e administrativos a arqueologia tornou-se uma atividade do quotidiano, mas ainda se verifica um certo afastamento em relação à comunidade.

Apesar do fascínio que o património arqueológico provoca nos indivíduos desde a infância, o seu afastamento dos currículos escolares, a sua parca presença nos meios de comunicação e um certo fechamento das instituições que praticam e tutelam a arqueologia, dificulta a interacção entre os cidadãos e este património.

Como tem sido a relação das entidades que gerem o património arqueológico, os profissionais e o público em geral? Quando exigimos que o património arqueológico seja preservado, fazemo-lo por imposições e regras instituídas, ou porque realmente o apreendemos, compreendemos e integramos nas nossas vidas? Como transmitir se desconhecemos muitas vezes a melhor forma de comunicar e os verdadeiros interesses dos destinatários?

Refletir em arqueologia pública exige uma análise sobre o seu significado como herança (heritage), o seu papel na e para a sociedade, e a busca por modelos criativos de gestão. Procurando seguir os valores da Convenção de La Valetta e o espírito de Faro, a DGPC desenhou o projecto Arqueosia, que utilizando os recursos digitais, ensaiou novas abordagens de divulgação do património, contribuindo para uma maior consciencialização do seu valor e incentivando os cidadãos a desempenhar um papel mais ativo na sua proteção.

Nesta comunicação pretendemos realizar um balanço do trabalho efectuado e lançar novas propostas para o futuro.

Castillo de la Estrella (Montiel, Ciudad Real)

David Gallego Valle

Os valores do Património: uma investigação sobre os Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa e de Siega Verde

José Paulo Francisco

O interesse, da identificação e avaliação dos valores patrimoniais, reside na compreensão dos Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa e de Siega Verde como fenómeno social e na hipótese de construção de uma proposta de plano de gestão destes bens patrimoniais com base nos valores identificados que valorize o papel das Comunidades, conforme os objectivos estratégicos da Convenção do Património Mundial,

"The "fifth C" for "Communities" (UNESCO, 2007: 193). Nesta comunicação apresentaremos esta investigação em Arqueologia Pública², que visa obter uma visão da percepção e valor social destes elementos do património arqueológico, classificados como Património Mundial pela UNESCO, através da utilização dos métodos da etnografia arqueológica, para analisar a forma como os discursos dos arqueólogos, gestores do património e políticas arqueológicas e patrimoniais se relacionam com as comunidades locais do entorno destes sítios arqueológicos e os processos pelos quais os arqueólogos e gestores constroem o seu poder em relação ao envolvimento e colaboração da comunidade.